



Centro de Estudos de
Segurança e Cidadania

JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E POLÍCIA

Resultados da pesquisa amostral

Leonarda Musumeci, Silvia Ramos, Leonardo
Leão de Paris, Eduardo Ribeiro e Alberto Alvadia Filho

Parceria:



Laboratório de
Análise da Violência/UERJ

Apoio:



Junho de 2012

Introdução

Já se tornou praticamente consenso entre estudiosos da segurança pública no Brasil o reconhecimento de que a violência não atinge indiscriminadamente a todos os segmentos da sociedade, mas tem uma dimensão “geossocial”, vale dizer, uma seletividade relacionada a gênero, idade, classe social, escolaridade, raça/cor e território. Isso é particularmente evidente no caso dos homicídios intencionais, que se caracterizam pela extrema concentração das vítimas entre jovens do sexo masculino com baixa escolaridade, baixa renda, negros e moradores de favelas e periferias dos centros urbanos.

De acordo com o último *Mapa da Violência* (Waiselfisz 2010), a taxa de homicídio na população brasileira jovem (15 a 29 anos de idade) aumentou de 30 mortes por cem mil habitantes em 1980 para 50,1 por 100 mil em 2007, ao passo que no restante da população, no mesmo período, caiu de 21,1 para 19,8 vítimas por 100 mil habitantes. Para o responsável pela pesquisa, Julio Jacobo Waiselfisz, “o aumento da violência homicida no país foi causado, em realidade, pelo crescimento descontrolado dos homicídios entre os jovens”. O trabalho indica ainda que mais de 90% das vítimas são do sexo masculino e que a distância entre a vitimização de brancos e negros vem-se aprofundando: se em 2002 morriam 45,8% mais negros do que brancos, em 2007 essa diferença aumentara para 107,6%, ou seja, o número de vítimas negras passara a mais que o dobro das brancas. Outra observação importante do estudo é que os índices brasileiros de vitimização juvenil

são *anormalmente* elevados, considerando o contexto internacional: morrem, aqui, por homicídio, proporcionalmente, 2,6 jovens para cada não jovem, índice pouco comum no mundo. E não é só isso; metade dos 79 países analisados não parece apresentar tais problemas de violência em sua juventude: ou porque morre, proporcionalmente, a mesma quantidade de jovens que de não jovens, ou porque morrem menos jovens que pessoas fora dessa faixa etária. Isso indica que, longe de ser um fenômeno universal, a violência homicida nos jovens tem uma configuração marcadamente social e cultural (*idem*, p. 147. Ênfase no original).

A pesquisa *Índice de Homicídios na Adolescência* (IHA), realizada pelo Laboratório de Análise da Violência da UERJ em parceria com o Observatório de Favelas, abrangendo 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes (LAV 2009), também alerta para fatores de risco relacionados às variáveis idade, sexo e raça quando se trata da ocorrência da violência letal nas grandes cidades: de acordo com essa pesquisa, a probabilidade de ser vítima de homicídio é quase doze vezes maior para os adolescentes do sexo masculino que para os do sexo feminino e cerca de duas vezes maior para os adolescentes negros que para os brancos. Mas, como mostra o trabalho, “embora a violência letal contra adolescentes seja grave, o impacto dos homicídios continua subindo até atingir o seu pico na faixa de 20 a 24

anos”, observando-se, por outro lado, que “os municípios em que existe um alto grau de violência letal nas faixas de 12 a 18 tendem a ser também aqueles com alta incidência nas faixas de 20 a 24 e 25 a 29” anos de idade. Isso indicaria a necessidade de as políticas públicas de prevenção da violência juvenil contemplarem faixas etárias mais baixas, uma vez que as dinâmicas geradoras da alta letalidade entre os jovens adultos provavelmente têm início antes ou durante o período de adolescência (*idem*, p. 10).

Se os níveis de vitimização jovem no Brasil já são “anormalmente” altos por parâmetros internacionais, o estado e a cidade do Rio de Janeiro estão entre as regiões do país onde esse problema se manifesta de forma mais grave: segundo o *Mapa da Violência*, o estado em 2007 ocupava o 4º lugar em taxa de jovens de 15 a 24 anos assassinados, ficando atrás somente de Alagoas, Pernambuco e Espírito Santo; a cidade do Rio, no mesmo ano, ocupava o 155º lugar entre os 5.564 municípios brasileiros (Waiselfisz 2010). De acordo com a pesquisa IHA, a cidade foi a terceira capital do país com maiores índices de assassinatos de adolescentes em 2006 (LAV 2009, p. 10). E o estado do Rio está entre os que apresentam maiores proporções de mortes por armas de fogo: na média de 23 municípios do estado, o risco de ser vitimado por esse tipo de arma é mais de 6 vezes superior ao risco de ser morto por outros meios (*idem*, p. 37).

Mesmo não sendo tão precisamente mensuráveis quanto no caso da vitimização, há fortes indícios de que as características sociodemográficas dos perpetradores de violência se assemelham às das vítimas: entre outras pesquisas que apontam nessa direção, tendo como foco a população carcerária, o levantamento realizado em 2002 junto aos adolescentes que cumpriam medidas sócio-educativas no estado do Rio de Janeiro identificou como perfil básico dos jovens em conflito com a lei: sexo masculino (90%), idade igual ou superior a 15 anos (89%), baixa escolaridade (93% analfabetos ou com ensino fundamental incompleto) e na grande maioria (71%) praticantes de roubos e de infrações relacionadas a consumo ou tráfico de drogas (Sento-Sé, coord. 2003).

Ante as evidências do envolvimento dos jovens com a violência, tanto como vítimas quanto como autores, torna-se fundamental conhecer melhor que ambientes e que dinâmicas cercam esse envolvimento; que percepções os jovens têm da violência e como convivem com ela; que fatores podem aproximá-los ou distanciá-los do universo da criminalidade – pois é com tais elementos que se torna possível pensar formas de intervenção eficazes para a redução dos altíssimos índices de letalidade juvenil no país e no estado. Apesar disso, ainda são poucos os estudos que permitem aprofundar o conhecimento dos fatores e das dinâmicas ambientais associados à violência entre os jovens, para além da indicação do perfil

sociodemográfico das vítimas e (em menor medida) dos perpetradores. No caso do Rio de Janeiro, em particular,

O uso altamente frequente das armas de fogo é forte indicação de que as mortes se associam, direta ou indiretamente, aos grupos armados ilegais que dominam áreas da cidade e que se opõem a outros grupos armados e/ou à polícia. Mas não conhecemos a proporção de mortes que atingem os participantes diretos desses grupos (“traficantes”, “milicianos”, “policiais”), nem os participantes indiretos (amigos, familiares, cônjuges, usuários de drogas etc.) ou os participantes contingentes (colegas, vizinhos, moradores de bairros próximos ou mesmo distantes, presentes em um assalto em ônibus, passantes em uma via da cidade durante um tiroteio, envolvidos em uma briga de festa etc.) De fato, nós não conhecemos as dinâmicas geradoras de letalidade nem mesmo entre os participantes diretos, ou seja, nem mesmo dentro do recorte “mortes no tráfico”. O impacto espetacular de um tiroteio numa guerra de facções ou num confronto com a polícia (confrontos que efetivamente são responsáveis por parte das milhares de mortes violentas que o Rio contabiliza a cada ano) tende a nos levar a esquecer as incontáveis mortes efetuadas dentro dos grupos armados por acertos de contas ou diversas razões de trabalho, e também por disputas amorosas e familiares, por rixas e conflitos banais que encontram desfecho letal na onipresença das armas e de uma cultura masculina agressiva e explosiva (Ramos 2009, p. 6).

O projeto *Juventude e violência*, desenvolvido numa parceria de três centros de pesquisa – CESeC/Universidade Candido Mendes, LAV/Uerj e Grupo de Estudos dos Sistemas Educacionais/UFRJ – foi desenhado de modo a abordar diversas dimensões do problema no Rio de Janeiro: (a) a vitimização letal contra jovens, com definição do perfil das vítimas e as características das suas áreas de residência; (b) o histórico de vitimização não-letal dos jovens do município e os fatores a ela associados, considerando três recortes diferentes: jovens escolarizados; jovens internados em conflito com a lei; jovens em geral, ouvidos em pesquisa quantitativa aleatória; (c) a percepção dos jovens e suas experiências de convívio com a violência, comparando segmentos escolarizados, não-escolarizados, jovens em conflito com a lei e jovens integrantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens; (d) a relação dos jovens de diversos segmentos com os aparatos estatais de segurança e justiça, em particular com a polícia, e a avaliação que fazem dessas instituições.

Os resultados apresentados a seguir derivam do *survey* amostral realizado nos meses de julho a novembro de 2009, na cidade do Rio de Janeiro, em que foram entrevistados 1.607 jovens com idades de 15 a 24 anos. Esse *survey* foi precedido de diversas etapas de aproximação ao tema desenvolvidas pelo CESeC, inicialmente no âmbito do projeto “Index Juventude e Polícia”, apoiado pela ONG holandesa Cordaid, e em seguida no projeto “Juventude, violência e polícia”, realizado em parceria com o Cedaps e apoiado pelo Unicef. Tais etapas envolveram a realização de um *workshop* com especialistas em juventude e segurança pública, de entrevistas abertas e grupos focais com jovens, familiares e técnicos, bem como de um pequeno levantamento não-amstral junto a jovens do Complexo do Alemão e de comunidades da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Isso não só possibilitou a coleta

de vasto material qualitativo – analisado no artigo “Meninos do Rio” (Ramos 2009) – e de alguns resultados quantitativos preliminares (cf. Ramos e Musumeci, coords. 2009) como orientou a elaboração e a depuração do instrumento que seria utilizado na pesquisa amostral.

O questionário definitivo continha um total de 61 perguntas, na maioria fechadas, e foi aplicado no tempo médio de 40 minutos por duas equipes distintas, uma incumbida das entrevistas com jovens de favelas (empresa Exata) e outra voltada para os jovens do asfalto (empresa RGarber).

Tantas foram as dificuldades encontradas na realização do *survey* que alguns critérios iniciais da pesquisa tiveram de ser flexibilizados para não inviabilizá-la de todo. O principal deles diz respeito às entrevistas com jovens em domicílios escolhidos por sorteio, que estavam previstas de início, mas tiveram de ser substituídas em muitos casos (especialmente no levantamento do “asfalto”) por entrevistas na rua, sem sorteio, procurando-se entretanto resguardar o critério de moradia dos entrevistados nos setores censitários eleitos. Isso certamente comprometeu a estrita aleatoriedade da amostra e pode estar na origem de alguns vieses detectados – por exemplo, a sobre-representação dos adolescentes (15 a 18 anos) no total de entrevistados, como se observará mais adiante.

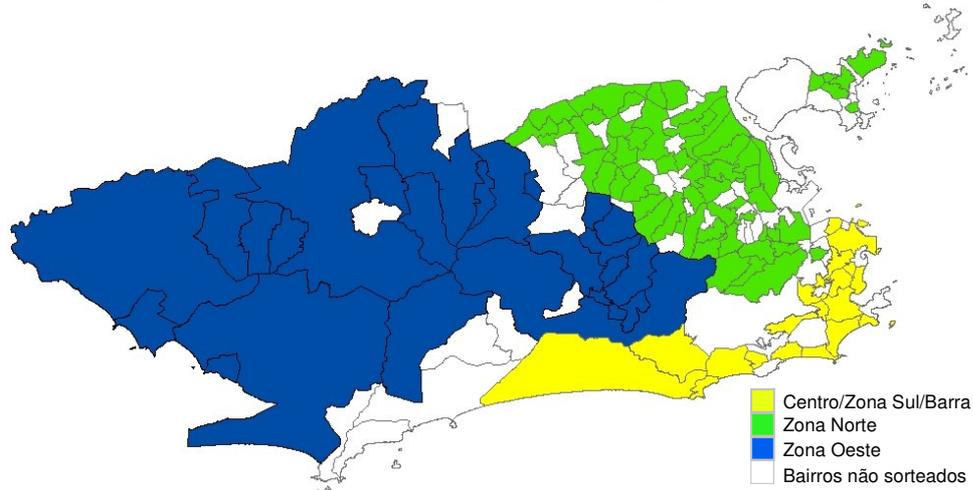
Já que o pequeno tamanho da amostra não permitiria a representatividade dos dados por bairros ou regiões administrativas da cidade, esta foi dividida em três grandes regiões – Centro/Zona Sul/Barra, Zona Norte e Zona Oeste (ver Quadro 1 e Figura 1, abaixo), a fim de que alguma inferência geográfica pudesse ser feita,¹ além do recorte favela/não favela, que de antemão reputávamos importante para analisar as condições de vida e os graus de exposição à violência dos jovens pesquisados.

Quadro 1
Agregação dos bairros da Cidade do Rio de Janeiro em três grandes regiões

Região	Bairros abrangidos
Zona Norte	Anchieta, Andaraí, Bento Ribeiro, Bonsucesso, Brás de Pina, Cachambi, Cascadura, Coelho Neto, Colégio, Complexo do Alemão, Cordovil, Costa Barros, Encantado, Engenheiro Leal, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Estácio, Freguesia (Ilha do Governador), Grajaú, Guadalupe, Honório Gurgel, Inhaúma, Irajá, Jacaré, Jardim América, Jardim Carioca, Lins de Vasconcelos, Madureira, Mangueira, Manguinhos, Maracanã, Maré, Marechal Hermes, Maria da Graça, Méier, Moneró, Olaria, Oswaldo Cruz, Parque Anchieta, Parque Columbia, Pavuna, Penha, Penha Circular, Piedade, Pilares, Pitangueiras, Portuguesa, Quintino Bocaiúva, Ramos, Ricardo de Albuquerque, Rocha Miranda, São Cristóvão, São Francisco Xavier, Tauá, Tijuca, Turiaçu, Vicente de Carvalho, Vigário Geral, Vila Isabel e Vila Kosmos
Zona Oeste	Anil, Bangu, Campo Grande, Cidade de Deus, Cosmos, Freguesia (Jacarepaguá), Gardênia Azul, Guaratiba, Inhoaíba, Jacarepaguá, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Pechincha, Pedra de Guaratiba, Praça Seca, Realengo, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Sepetiba, Tanque, Taquara, Vargem Grande e Vila Valqueire
Centro/ Zona Sul/ Barra	Barra da Tijuca, Botafogo, Catete, Centro, Copacabana, Flamengo, Gamboa, Humaitá, Ipanema, Itanhangá, Jardim Botânico, Joá, Laranjeiras, Leblon, Leme, Rocinha, Santa Teresa e São Conrado

1 Essa divisão é bastante semelhante à utilizada no Relatório de Desenvolvimento Humano da cidade, de 2000 (cf. Musumeci 2000) e mais agregada que a do trabalho “Geografia da violência” (Musumeci, Silva e Conceição 2006), no qual o município foi repartido em 7 grandes áreas.

Figura 1
Divisão da cidade do Rio de Janeiro em 3 grandes regiões



Feitos esses esclarecimentos metodológicos, detalhamos a seguir o perfil dos jovens pesquisados e os resultados do levantamento quantitativo.

Perfil da amostra: quem são os entrevistados?

Como já dito, a pesquisa ouviu ao todo 1.607 jovens com idades de 15 a 24 anos, residentes na cidade do Rio de Janeiro. Desse total, 848 eram do sexo masculino e 759 do sexo feminino; 320 (19,9%) eram moradores de favelas e 1.287 (80,1%) não-moradores de favelas. Eis algumas outras características importantes do conjunto de jovens entrevistados:

Distribuição etária. Em relação aos dados do Censo 2000, o último disponível quando do início da pesquisa (julho de 2009), a amostra ficou bastante enviesada na direção dos mais jovens, isto é, da faixa de 15 a 18 anos de idade. Sendo pouco provável uma mudança etária tão acentuada em 9 anos, esse viés pode ter-se originado da forma como foram feitas as entrevistas, especialmente com os jovens do “asfalto”: como já se mencionou, num número grande de casos não se manteve o critério de sorteio de domicílios e de moradores, mas apenas o da residência dos entrevistados no setor censitário eleito e os limites extremos da faixa etária definida pela pesquisa (15 a 24 anos de idade). Para evitar que isso afetasse demasiadamente os resultados da pesquisa e uma vez que os dados censitários mais recentes se tornaram disponíveis, procedeu-se à ponderação do banco de dados de acordo com a distribuição apontada pelo Censo de 2010 para a cidade do Rio de Janeiro, ou seja, “corrigiu-se” a amostra de modo que cada faixa etária estivesse nela representada com o mesmo peso que no universo de jovens do município (Tabela 1).

Tabela 1
Distribuição da população da Cidade do Rio de Janeiro com 15 a 24 anos de idade segundo faixa etária (em %)
 Distribuição obtida, Censo 2000 e distribuição corrigida

Faixa	Distribuição obtida	Censo 2000	Distribuição corrigida pelo Censo 2010
15 a 18 anos	52,2	38,9	38,1
19 a 21 anos	25,3	31,5	30,3
22 a 24 anos	22,5	29,6	31,7
Total	100,0	100,0	100,0

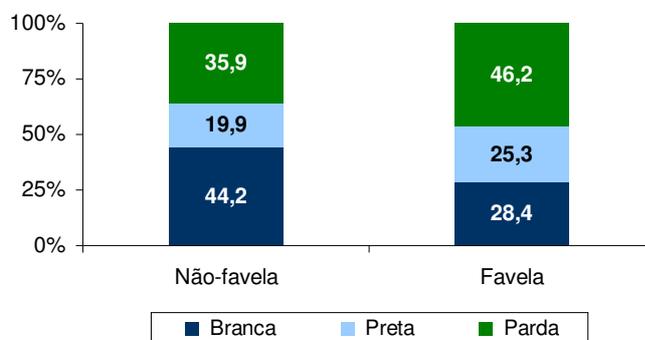
Regiões da cidade. Como a amostra foi dimensionada para representar as três grandes regiões em que se dividiu o Município do Rio de Janeiro (Zona Sul-Centro-Barra, Norte e Oeste) a distribuição dos jovens ouvidos é bastante semelhante à do Censo 2000 (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição da população da Cidade do Rio de Janeiro com 15 a 24 anos de idade, segundo região de residência (em %)
 Amostra Juvipol e Censo 2000

	Amostra Juvipol	Censo 2000
Zona Norte	47,1	48,8
Zona Oeste	39,0	38,7
Centro/Zona Sul/Barra	13,9	12,5
Município do Rio	100,0	100,0

Cor/Raça. Do total de entrevistados, 39% se autocalificaram como brancos, 20% como pretos e 36,2% como pardos. Cerca de 2,7% se definiram como amarelos, 1,3% como indígenas e 0,8% não souberam ou não quiseram responder. Considerando apenas as três classificações mais importantes, percebe-se que a distribuição por cor/raça variou bastante segundo moradia em favela ou não-favela (Gráfico 1).

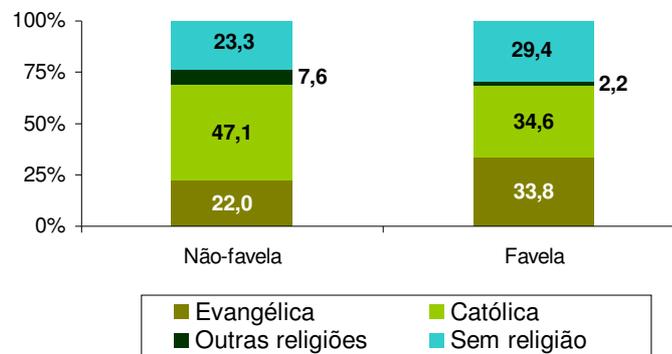
Gráfico 1
P58 – Segundo a classificação do IBGE, como você definiria sua cor ou raça?
 Distribuição percentual segundo moradia em favela ou não-favela



Religião. Dos jovens ouvidos 44,1% se disseram católicos, 24,1%, evangélicos e 6,6%, adeptos de outras religiões (judaísmo, kardecismo, candomblé, umbanda e outras não

especificadas); 21,9% afirmaram não ter religião, mas acreditar em deus ou em uma força ou energia superior; 2,4% disseram não acreditar em deus nem em força ou energia superior e 1,1% não souberam ou não quiseram responder. Desagregando a amostra por tipo de moradia, além da proporção maior de evangélicos entre os jovens de favelas e de católicos entre os do asfalto, ressalta a significativa percentagem dos sem religião em ambos os grupos e especialmente no primeiro (Gráfico 2), devendo-se lembrar, contudo, que isso se refere a ausência de religião instituída, mas não necessariamente a ateísmo (nos dois segmentos de sem religião, prevaleceu amplamente a resposta “não tem religião mas acredita em deus, força ou energia superior”).

Gráfico 2
P56 – Qual a sua religião?
 Distribuição percentual segundo moradia em favela ou não-favela

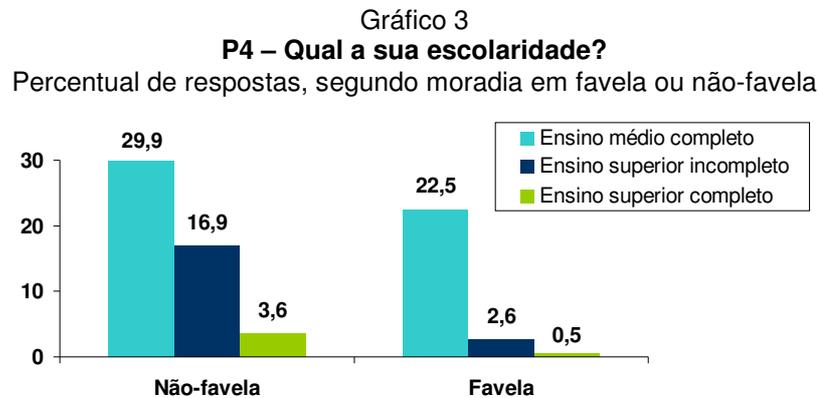


Filhos: 16,6% dos jovens tinham pelo menos um filho, sendo a proporção de respostas positivas entre os moradores de favelas (31,8%) mais que o dobro da registrada entre os moradores do asfalto (12,7%).

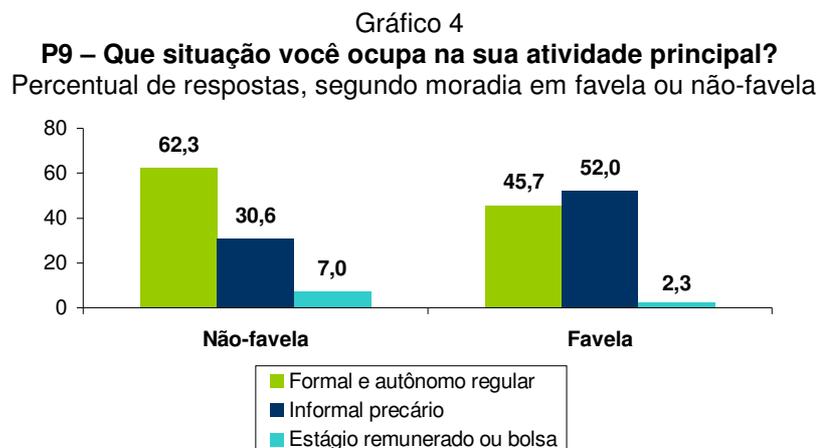
Alfabetização e escola: 99,6% do total disseram saber ler e escrever; 99,7% já haviam frequentado escola ou faculdade e 52,3% estavam frequentando escola ou faculdade no momento da pesquisa.

Nível educacional: Apenas 2,9% dos entrevistados tinham curso superior completo e 13,6%, curso superior incompleto. A parcela de jovens com ensino médio completo representava 27,7% do total e a daqueles com ensino médio incompleto, 23,8%. Cerca de 13,5% tinham curso fundamental completo e cerca de 14,8%, fundamental incompleto. Essas últimas duas parcelas, entretanto, são apenas aproximativas, uma vez que as recentes alterações no ensino fundamental (aumento de um ano, com a incorporação da classe de alfabetização) e o uso concomitante das nomenclaturas de séries, anos e ciclos causaram problemas para o preenchimento das opções de escolaridade fundamental no questionário. Considerando apenas

os níveis educacionais mais elevados (iguais ou maiores que ensino médio completo), o Gráfico 3, a seguir, retrata a grande distância no acesso ao ensino superior verificada entre os jovens moradores e não moradores de favela:

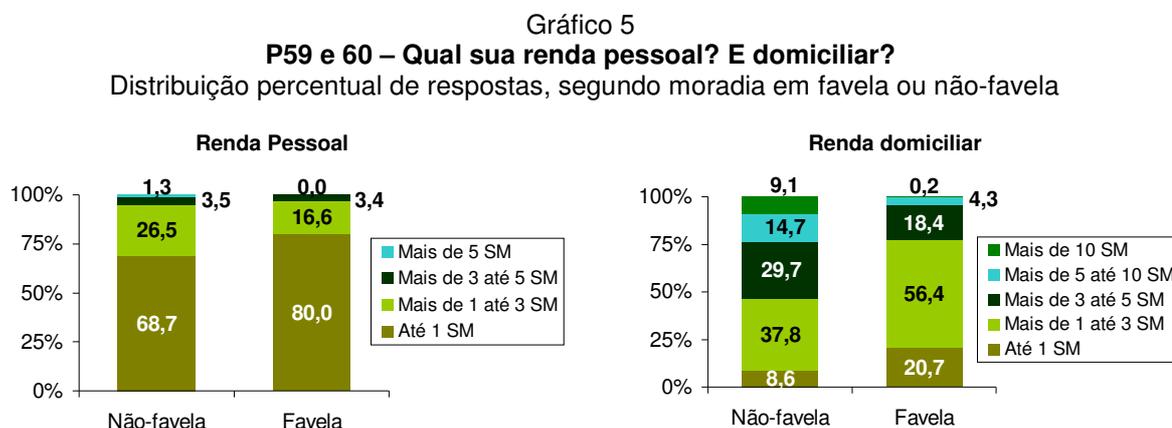


Trabalho: 64,8% exerciam alguma atividade remunerada na ocasião da pesquisa; dessa parcela, a maioria (53,2%) tinha ocupação formal, isto é, estava empregada com carteira assinada ou como funcionário(a) público(a); 25,8% eram empregados sem carteira assinada; 11,7% trabalhavam por conta própria e 6%, como aprendizes ou estagiários, recebendo bolsa. Mais uma vez, a distância entre favela e asfalto se faz notar: o Gráfico 4 abaixo agrega, de um lado, empregados formais, autônomos regulares (profissionais liberais e outros que pagam ISS) e empregadores (que são ínfima parcela entre os jovens de ambos os grupos); de outro, os trabalhadores em condição precária (sem carteira e por conta própria não contribuintes), mostrando o predomínio da precariedade entre os jovens ocupados da primeira e de ocupações formais ou regulares entre os da segunda.

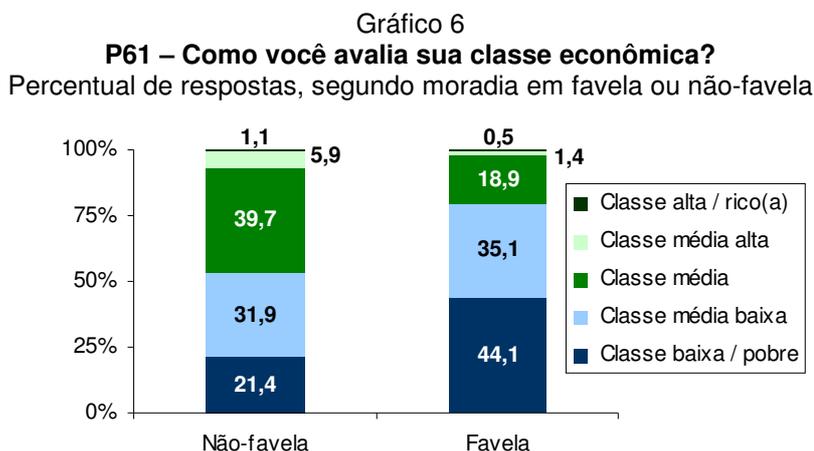


Renda: Pouco menos da metade dos jovens (45,3%) disse não ter renda pessoal; dos que disseram tê-la, 22,3% auferiam até um salário mínimo mensal e 23,2%, entre 1 e 3 salários

mínimos; ou seja, em mais de 90% dos casos, a renda não ultrapassava 3 salários ou R\$1.395,00 (o salário mínimo na época da pesquisa era de R\$ 465,00). No que se refere à renda domiciliar, a maior frequência ficou na faixa de 1 a 3 (37,8%), e em seguida na de 3 a 5 salários mínimos (24,7%). As esperadas diferenças entre favela e asfalto – tanto para a renda pessoal quanto, sobretudo, para a familiar – são mostradas no Gráfico 5.



Classe autoatribuída: 24,5% dos jovens se autodefiniram como de classe baixa ou pobre; 30,9% como de classe média baixa; 33,8% como de classe média; 4,7% como de classe média alta e 0,9% como de classe alta. Essa autoatribuição de classe social também variou bastante entre os jovens da favela e do asfalto, como mostra o Gráfico 6.



Participação social: do total de entrevistados, 10,1% disseram frequentar ou já ter frequentado algum projeto social. No momento da pesquisa, alguns participavam de grupos culturais, organizações ou associações: grupo religioso (17,6%); grupo esportivo (15,5%); grupo de música (9%); grupo de dança (6,2%); grupo de teatro ou circo (3,5%); torcida organizada (3,3%); movimento estudantil (3,2%); ONG (1,8%); associação de moradores (1,3%); partido político (0,4%).

Análise descritiva dos resultados

1. Mobilidade, lazer, comunicação

Um módulo inicial do questionário, antes daqueles especificamente voltados para a questão da violência, buscou apreender a mobilidade espacial, o envolvimento dos jovens em atividades culturais, religiosas e de lazer fora dos espaços da casa, do trabalho e da escola, bem como o acesso a recursos de informática e de comunicação virtual.² À primeira pergunta, se o(a) entrevistado(a) realizava, e com que frequência, uma série de atividades listadas (ir à praia, ao cinema, ao teatro etc.), as respostas mais numerosas para a opção “com frequência” foram “reunir-se com amigos” (cerca de 63% do total da amostra), seguida de “ir a shopping, galeria ou centro comercial” (40%), “ir à praia” (32%) e “ir a lan house” (32%).

A percentagem relativamente alta de jovens moradores de favelas que dizem frequentar *shopping centers* já havia nos surpreendido na pesquisa não-amstral realizada em 2008 com jovens do Complexo do Alemão e de comunidades populares da Zona Oeste do Rio, uma vez que a circulação nesses espaços comerciais é geralmente associada aos hábitos de consumo e de lazer dos jovens de classe média, não dos que moram em áreas de baixa renda.³ Pouco menos de 1/3 dos jovens de favelas disse frequentar *shoppings* assiduamente, proporção bem inferior à dos jovens “de asfalto”, mas ainda assim significativa – sobretudo se se considera que a única opção com mais respostas do que essa, para os jovens de favelas, foi “lan house” (36,6%). Como também assinalamos na pesquisa anterior, seria importante conhecer os usos que jovens de diferentes classes sociais e regiões da cidade fazem de tais espaços comerciais fechados para se avaliar os significados que eles têm no lazer e na sociabilidade de cada segmento.

As maiores distâncias entre os jovens de não-favela e favela estão na frequência ao cinema (15,8 pontos percentuais), à praia (14 pontos), a viagens (11,6), ao shopping (11,5) e ao teatro (10,6). Se cinema, teatro, viagens e shopping podem se explicar pelo diferencial de poder aquisitivo, a frequência à praia parece ter mais relação com distância geográfica do que com o fato de residir ou não em favela. Com efeito, a percentagem de jovens da região Sul/Centro/Barra frequentadores assíduos da praia é cerca de 27 pontos percentuais superior à dos que moram nas zonas norte e oeste da cidade.⁴

2 A mobilidade como característica e valor para a juventude em geral e para a carioca em particular é analisada por Almeida e Tracy (2003).

3 Ramos e Musumeci (2009).

4 Vale observar que, na nossa amostra, a proporção de jovens residentes em favelas é bem maior na Zona Norte que na Zona Oeste e na região Centro/Sul/Barra (25% contra 15,6 e 14,4%, respectivamente). Embora, como já dito, sem rigorosa representatividade estatística, essa indicação parece coerente com a maior concentração de moradores de favelas nas regiões administrativas que aqui agrupamos como Zona Norte (58,8% da população total do município que vivia em favelas em 2000, segundo o Instituto Pereira Passos).

Outra pergunta, sobre acesso a computadores e internet, permitiu perceber que a maioria dos jovens entrevistados utiliza frequentemente esses recursos e preferencialmente para fins de comunicação (e-mail, messenger e sites de relacionamento). Ou seja, que tais finalidades parecem definir o tipo geral de uso da internet pelos jovens, sejam moradores ou não de favelas, com menor interesse, em ambos os grupos, por conteúdos de informação e de formação.⁵ Há, porém, alguma distância entre as duas categorias de moradores, não só na proporção de jovens com acesso frequente a todos os recursos listados, mas também nas suas formas de uso: enquanto as menores diferenças, em pontos percentuais são para os itens “sites de relacionamento” e “sites de namoro”, as maiores dizem respeito a “vídeos pela internet” (youtube e outros), “sites de notícias” e “sites acadêmicos, científicos ou técnicos” – o que poderia se relacionar, no primeiro caso, ao desempenho mais alto requerido do equipamento ou da conexão à rede e, nos dois últimos, à escolaridade mais alta dos jovens residentes no “asfalto”.⁶

Ainda no módulo mobilidade/lazer, procurou-se verificar o conhecimento direto que os jovens teriam dos pontos emblemáticos da cidade por meio de uma pergunta que listava diversos “cartões postais”, indagando se já haviam alguma vez visitado tais lugares. Os resultados mostraram que a maioria dos entrevistados já fora pelo menos uma vez ao Jardim Zoológico (85,5%), à praia de Copacabana (cerca de 79%), ao Maracanã (68%), ao Jardim Botânico (60%), ao Museu Nacional (59%), ao Corcovado (53,4%) e à Feira de São Cristóvão (52,3%). Quase metade (49%) visitara o Pão de Açúcar e cerca de 1/3, o Piscinão de Ramos.

Na comparação de jovens residentes em favelas e no asfalto, só no caso do Piscinão de Ramos o número dos primeiros com conhecimento direto superou o dos segundos. Praia de Copacabana e Feira de São Cristóvão eram conhecidos praticamente na mesma proporção pelos dois segmentos, mas em todos os outros casos os jovens do asfalto haviam circulado mais que os de favelas pelos pontos turísticos e de lazer, registrando-se diferenças especialmente altas em relação aos três principais “ícones” cariocas e brasileiros: o Corcovado (33,2 pontos percentuais), o Pão de Açúcar (22,7) e o Maracanã (20,5). Provavelmente, o poder aquisitivo pesa nessa diferença, já que se trata de atrações

5 Os percentuais de uso frequente de computadores pelos jovens cariocas, inclusive os de favelas, mostrados no Gráfico 9 são bastante altos, sobretudo se confrontados com estimativas disponíveis para todos os jovens brasileiros. Embora as pesquisas não sejam diretamente comparáveis, vale registrar que no levantamento nacional da Unesco de 2004, apenas 40,2% dos jovens de 15 a 23 anos disseram utilizar computador regularmente todos os dias ou algumas vezes por semana (Leite e Nunes 2007, p. 214, Tabela 7).

6 A pesquisa nacional da Unesco mostrou que o tipo de uso do computador pelos jovens de 15 a 29 anos varia sensivelmente de acordo com o grau de instrução. No caso dos sites de notícias, por exemplo, oscilava em 2004 de 10% (jovens com escolaridade até a 4ª série fundamental) a 45% (jovens com nível superior) (Leite e Nunes 2007, p. 222, Tabela 11). Na nossa amostra, a faixa de jovens com ensino superior prevalece em todas as formas de uso da internet, mas as maiores distâncias em relação aos jovens com ensino fundamental aparecem justamente no acesso a sites de notícias e de sites técnicos/científicos/educativos.

relativamente caras. Outro fator contribuinte parece ser a distância geográfica, já que, em quase todas as opções listadas, os jovens da zona sul tiveram o maior número de respostas positivas e os da zona oeste, o menor.

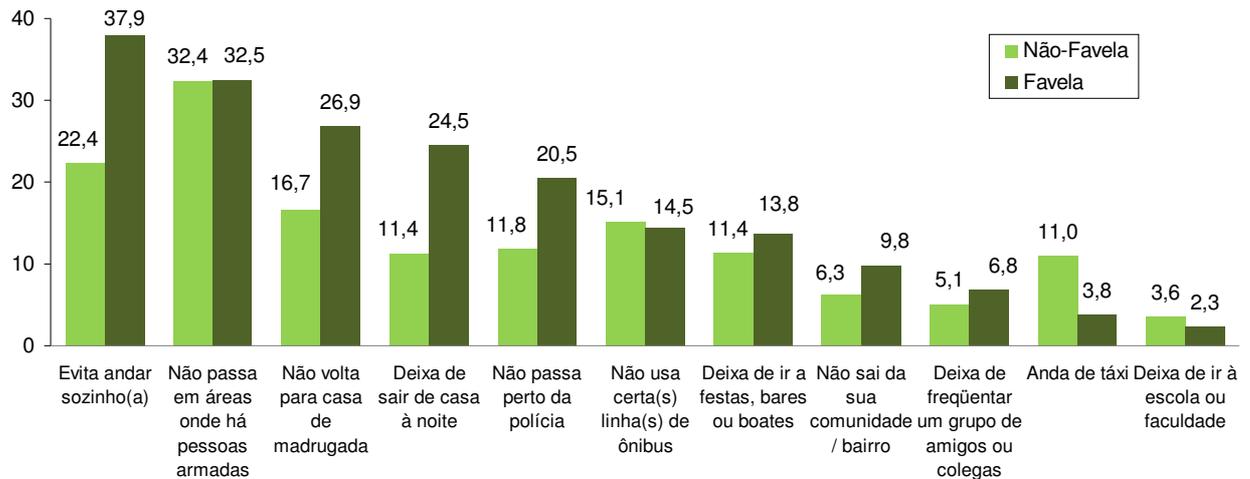
Finalmente, procurando verificar os possíveis efeitos da violência vivida e percebida sobre a mobilidade espacial dos jovens, perguntou-se se utilizavam, e com que frequência, medidas protetivas, como evitar certas linhas de ônibus, não andar sozinhos, não sair à noite etc. (Gráfico 7). A maioria respondeu que não adotava ou adotava com pouca frequência as medidas listadas, mas em dois casos foram encontrados percentuais expressivos de respostas “com frequência”: “evitar andar sozinho(a)” – em maior número entre jovens de favelas que entre os moradores do asfalto – e “não passar em áreas onde há pessoas armadas”, com proporções muito semelhantes nos dois grupos de jovens. Este último resultado à primeira vista parece óbvio, por referir-se a um procedimento de segurança que em princípio qualquer pessoa, de qualquer idade ou classe social, adotaria. Entretanto, o fato de menos de 1/3 dos entrevistados ter dito adotar essa medida pode ter significados diversos segundo o segmento em questão: para os jovens do asfalto a maioria de respostas negativas talvez se relacione à menor exposição a esse tipo de problema, enquanto para os de favela pode indicar, ao contrário, uma convivência inevitável com as armas, uma circulação obrigatória em terrenos sob domínio de grupos armados. Isso parece ser reforçado pela resposta a outra pergunta do questionário, em que mais de 2/3 dos jovens de favelas entrevistados (67,3%) disseram que, nos últimos 12 meses, eles próprios ou membros da família tinham visto, em ruas do bairro ou comunidade, pessoas que não policiais em serviço portando armas de fogo, enquanto menos de 1/3 dos jovens de asfalto (31,1%) reportaram essa situação (ver Gráfico 21, adiante).⁷

Vale notar ainda que a única medida protetora frequente em que houve significativa diferença, para mais, entre os não-moradores de favela foi andar de taxi – embora as proporções sejam baixas em ambos os grupos. Por seu turno, evitar andar só, deixar de sair de casa à noite, não voltar de madrugada e não passar perto da polícia parecem ser restrições à mobilidade que afetam mais fortemente os moradores de favelas, mais expostos a tiroteios e à vitimização violenta, assim como a abordagens policiais constantes e arbitrárias, especialmente quando circulam a pé (ver Gráfico 24, mais adiante).

7 Sobre esse tema, ver também Ramos (2009).

Gráfico 7

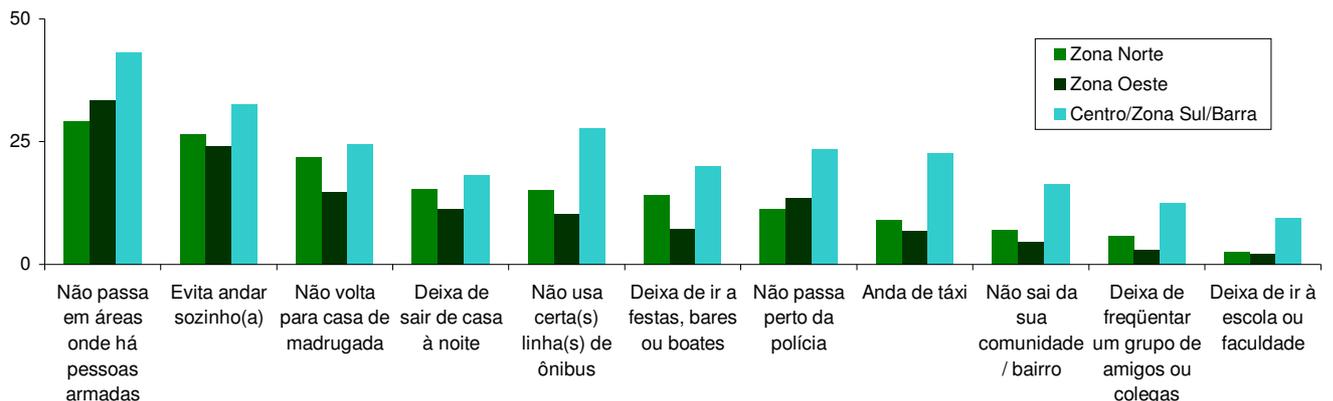
P22 – Faz alguma dessas coisas para se proteger da violência ou sentir-se mais seguro(a)?
 Percentual de respostas “com frequência”, segundo moradia em favela ou não-favela



Quando se desagregam os resultados por grandes áreas da cidade, são os jovens da região Centro/Sul/Barra que apresentam maiores números de respostas “com frequência” para todos as formas de proteção (Gráfico 8). Talvez porque a percepção subjetiva de risco seja mais acentuada nessa área, embora as condições objetivas de risco possam ser menores,⁸ ou talvez, em alguns casos, pelo leque mais amplo de opções (e.g., linhas alternativas de ônibus, recursos de lazer dentro do próprio bairro) que possibilitaria mais facilmente substituir alguns dos atos ou trajetos percebidos como mais perigosos.

Gráfico 8

P22 – Faz alguma dessas coisas para se proteger da violência ou sentir-se mais seguro(a)?
 Percentual de respostas “com frequência”, segundo região de residência

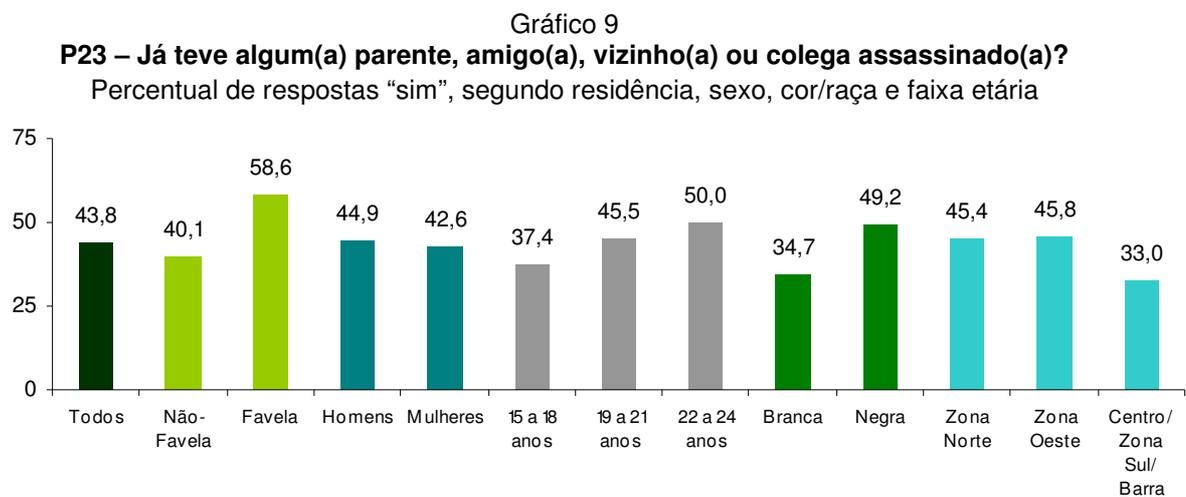


⁸ Segundo Musumeci, Conceição e Silva (2006), a Zona Sul aparece sempre como uma das áreas mais seguras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com participação inferior a 8% nas principais ocorrências violentas registradas pela polícia (homicídio doloso, lesão corporal dolosa, roubo de veículo, roubo em coletivo, roubo a transeunte, roubo a residência e auto de resistência). Mas, como diversas pesquisas já mostraram, a percepção da insegurança não tem necessariamente relação com as dimensões da criminalidade efetiva na área (ver, por exemplo, Dirk, Pinto e Azevedo, 2004). Entre outros fatores, a maior visibilidade dada pela mídia aos crimes que ocorrem nas regiões “nobres” da cidade pode contribuir para uma percepção de insegurança mais acentuada nessas regiões.

2. O convívio com a violência

Fortemente impactantes, nos resultados do questionário, são os números que traduzem a experiência de perda de pessoas próximas por violência intencional (Gráfico 9): quase metade (43,8%) dos jovens disse ter tido pelo menos um(a) parente, amigo(a), vizinho(a) ou colega assassinado(a) – proporção que sobe para 58,6% quando se consideram apenas os jovens moradores de favelas.

A experiência de perda violenta é significativamente mais baixa (mas, ainda assim, elevada) entre os jovens da zona sul da cidade; não se diferencia de forma expressiva por sexo e cresce com a faixa etária (o que possivelmente reflete apenas o efeito de mais anos transcorridos sobre a chance de ter vivenciado este ou qualquer outro tipo de experiência).



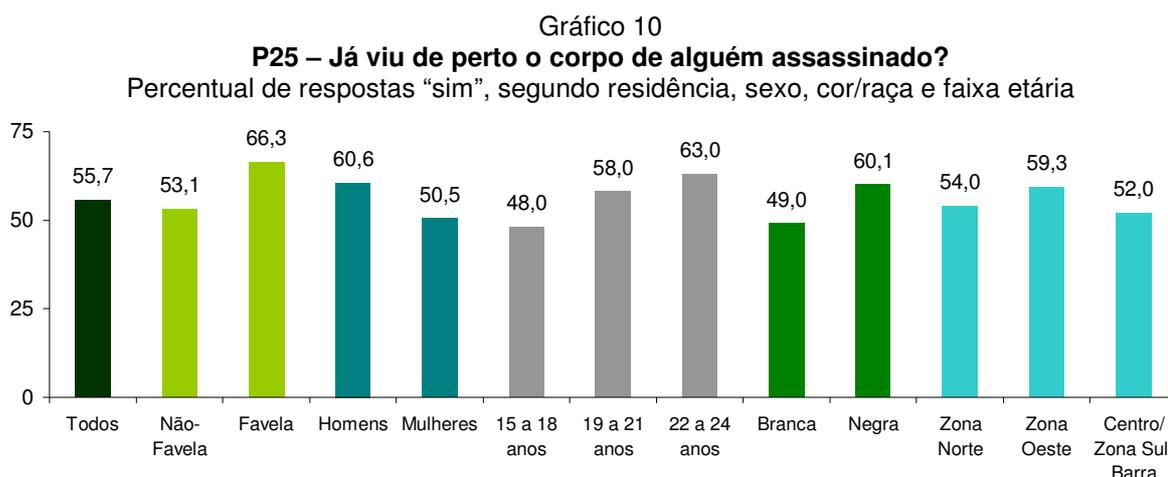
Entre os jovens que tiveram alguma pessoa próxima assassinada, quase metade perdeu um(a) ou mais amigo(a)s. Vizinhos e primos, seguidos de tios e colegas de escola, foram outras categorias de pessoas próximas com percentagens elevadas de respostas positivas (Tabela 3).

Tabela 3
P24 – Quem foi ou foram essa(s) pessoa(s) assassinada(s)?

	%
Amigo(a)	46,6
Vizinho(a)	22,1
Primo(a)	21,7
Tio(a)	11,6
Colega de escola	10,9
Irmão(a)	7,2
Colega de trabalho	3,7
Pai/mãe	2,6
Namorado(a)	2,4
Outro(a) parente	1,8
Cônjuge	1,4
Outra pessoa próxima	1,3
Avô(ó)	0,4
Total	133,7

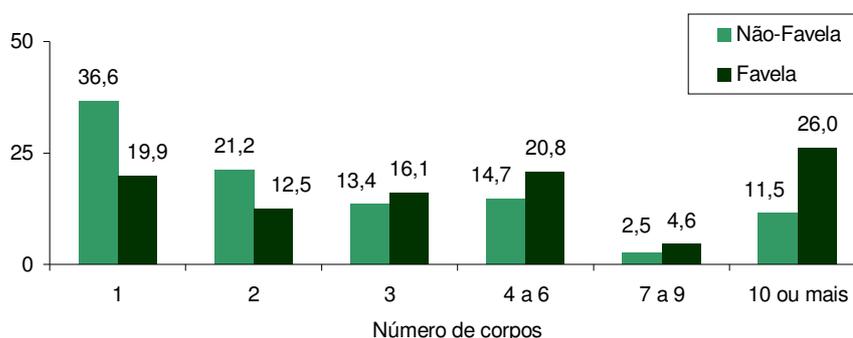
(*) O total da tabela supera 100% porque diversos entrevistados assinalaram mais de uma perda.

Impressiona também a proporção de jovens que disseram já ter visto de perto o corpo de alguma vítima de homicídio intencional, independentemente da relação que mantinham com a pessoa morta (Gráfico 10): mais da metade (55,7%) dos entrevistados tinha visto pelo menos uma vez e, desses, quase metade (48,4%) tinha visto três ou mais vezes corpos de pessoas assassinadas. Como se percebe no gráfico, os jovens residentes em favela, os do sexo masculino e os negros estão mais expostos a essa experiência, que, por outro lado, parece bastante homogênea nas três grandes regiões da cidade, salvo por uma incidência ligeiramente mais alta de respostas positivas na zona oeste.



Além do maior número de jovens expostos, a moradia em favela também se relaciona à frequência da exposição, pois a distância entre favela e não-favela cresce com a quantidade de corpos de assassinados vista pelos jovens da amostra (Gráfico 11).

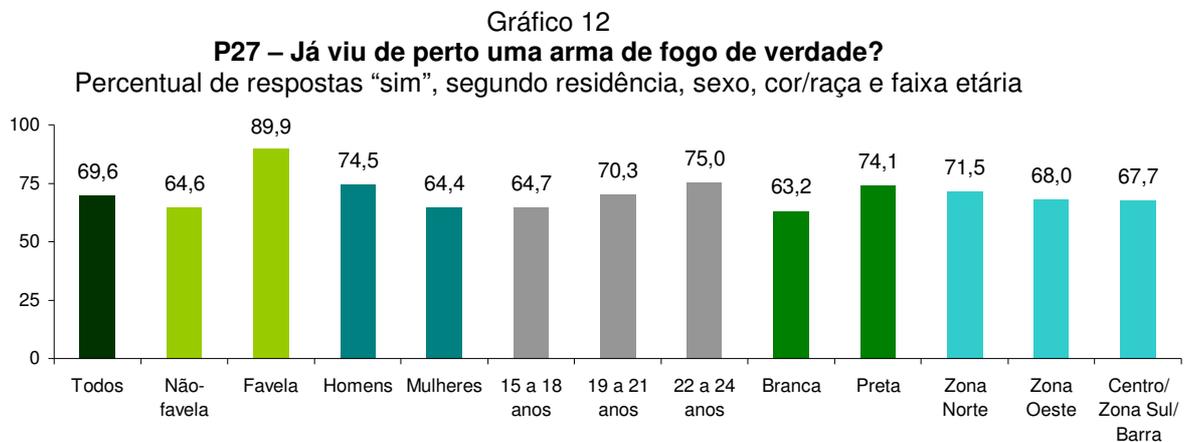
Gráfico 11
P25a - Quantos corpos de pessoas assassinadas já viu de perto?
Percentual de respostas sobre o total de respostas “sim” da questão P25, segundo moradia em favela ou não-favela



Proporções menores, mas também significativas, foram encontradas para a experiência de ter visto corpos de vítimas de acidentes de trânsito: metade dos jovens entrevistados (50,3%) disse ter visto pelo menos um; destes, 48,4% haviam passado 3 ou mais vezes por essa experiência. Diferentemente dos assassinatos, aqui as variações entre segmentos de

jovens são pouco relevantes, tanto em relação a sexo quanto a local de moradia, seja favela/asfalto ou região da cidade.

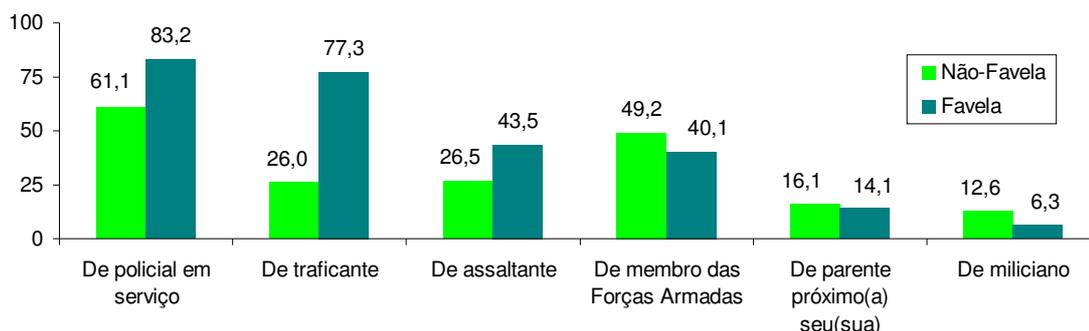
Outro indicador de exposição dos jovens a situações reais ou potenciais de violência que se procurou obter foi a proximidade com armas de fogo (Gráfico 12). Mais de 2/3 (69,6%) do total de jovens disseram já ter visto de perto alguma arma, sendo que, entre os jovens de favelas, a proporção foi de quase 90%. Jovens do sexo masculino e jovens negros também viram armas em proporção maior que a média; já as variações entre áreas da cidade foram pouco significativas, apenas com ligeira prevalência da zona norte. De modo geral, é notável o índice elevado, sempre superior a 60%, em todos os segmentos de jovens, inclusive entre os muito jovens – o que parece confirmar que a presença de armas tornou-se algo corriqueiro na experiência das novas gerações de cariocas (cf. Ramos 2009).



Quando se pergunta de quem era(m) a(s) arma(s) de fogo vista(s), as respostas mais numerosas são “policiais em serviço” (66,1%) e “membros das Forças Armadas” (50,2%). Diferenças importantes surgem, porém, na experiência de moradores da favela e do asfalto (Gráfico 13): logo atrás de policiais em serviço (83,2%), a segunda maior frequência de respostas, entre os jovens de favelas, foi “de traficante” (cerca de 77,3% dos que disseram ter visto armas), praticamente o triplo da proporção de respostas a essa alternativa entre os não-favelados (26%). Além disso, como a percentagem de jovens de favelas que disse já ter sofrido algum assalto (16% – ver Gráfico 16, adiante) é muito inferior à dos que disseram ter visto armas de assaltantes (43,5%), deduz-se que, na maior parte dos casos, trata-se de proximidade com moradores da favela identificadas como assaltantes. Pode-se agregar ainda a já mencionada percentagem de 67,3% dos jovens de favelas que afirmaram que, nos últimos 12 meses, eles próprios ou membros da família haviam avistado, em ruas da comunidade, pessoas que não policiais em serviço portando armas de fogo (Gráfico 15, adiante) – tudo parecendo confirmar que a presença ostensiva de armas ilegais é uma realidade fortemente incorporada à experiência cotidiana desse segmento da juventude carioca. E, mesmo com

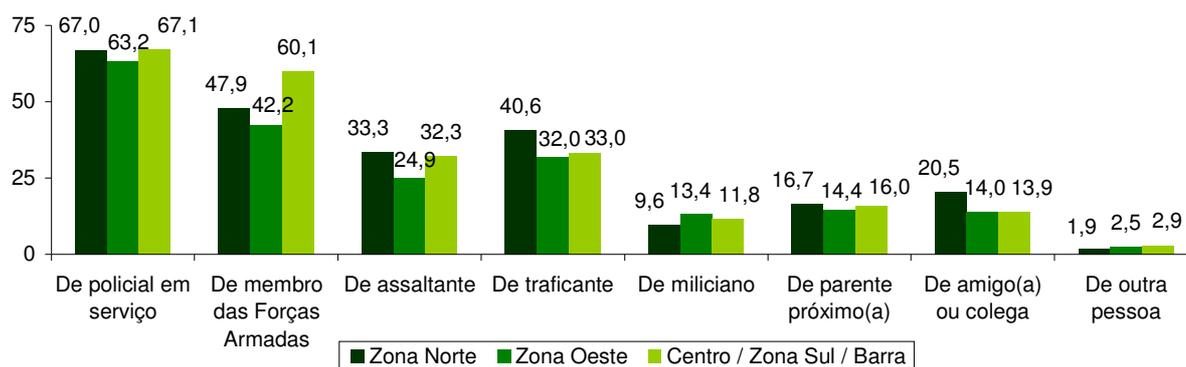
relação a policiais em serviço – cujas armas, em princípio, podem ser vistas por qualquer pessoa – a ostensividade evocada pela expressão “ver de perto” parece também ser maior, ou mais percebida, pelos que moram em favelas. Já no caso de armas em mão de milicianos, prevalece a experiência dos não-favelados, o que é coerente com o fato de que o tipo de controle territorial armado que se convencionou chamar de “milícias” se exerce também em áreas de “asfalto” – bairros pobres, conjuntos residenciais populares e loteamentos irregulares –, especialmente na zona oeste da cidade.

Gráfico 13
P28 – De quem era(m) a(s) arma(s) de fogo que viu de perto?
 Percentual de respostas, segundo moradia em favela ou não-favela



Por grandes regiões, as diferenças em relação aos donos das armas vistas não são tão acentuadas, mas há algumas prevalências dignas de nota, ainda que, em alguns casos, pequenas: membro das Forças Armadas na zona sul; traficante (além de parente próximo e amigo ou colega) na zona norte; miliciano na zona oeste (Gráfico 14).

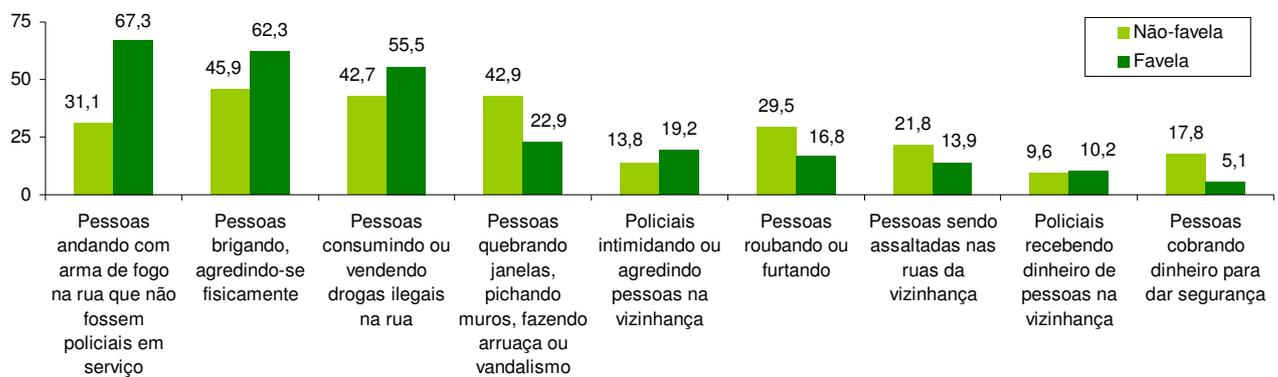
Gráfico 14
P28 – De quem era(m) a(s) arma(s) de fogo que viu de perto?
 Percentual de respostas, segundo região de residência



Componentes adicionais do convívio com a violência e a desordem foram captados por uma pergunta que apresentava diversos itens usualmente pesquisados em *surveys* de vitimização, referentes ao bairro ou comunidade de residência do(a) entrevistado(a). Diferenciando as respostas segundo moradia ou não em favela (Gráfico 15), nota-se que para alguns dos itens, há percentuais significativamente maiores de respostas “sim” entre os

moradores de favelas – especialmente no que se refere a pessoas andando com armas de fogo, e a venda e consumo de drogas nas ruas –, enquanto para outros, como roubos e furtos, vandalismo e venda de segurança, as maiores proporções de respostas positivas estão entre os moradores do asfalto. Vale sublinhar, em ambos os casos, a grande quantidade de jovens que disse ter ele(a) próprio(a) ou algum membro da família presenciado diretamente situações de brigas com agressão física no seu bairro ou comunidade de residência: quase 2/3 dos jovens moradores de favelas e quase metade dos não-moradores.

Gráfico 15
P29 – Nos últimos 12 meses, você ou alguém da sua família presenciou alguma dessas situações no seu bairro ou comunidade?
 Percentual de respostas “sim”, segundo moradia em favela ou não-favela

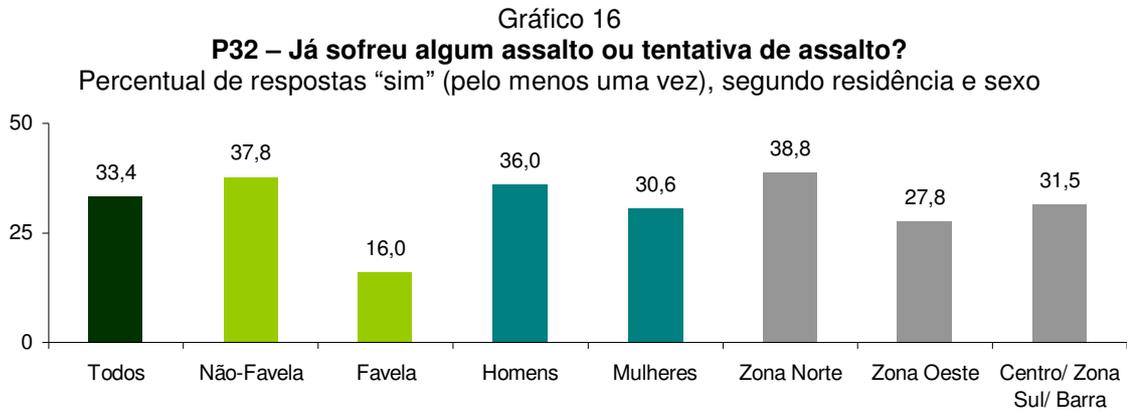


Outra pergunta focalizou experiências de vitimização direta dos jovens ou de pessoas próximas a eles (Tabela 4): embora todos os itens tenham recebido um pequeno número de respostas, pode-se considerar expressivos os percentuais de jovens que disseram ter sofrido ameaças com armas de fogo, ameaças de morte e agressões de pessoas desconhecidas ou conhecidas. Importa notar que em todas os tipos de violência listados, a proporção de respostas positivas foi maior entre os jovens moradores do asfalto que entre os moradores de favelas.

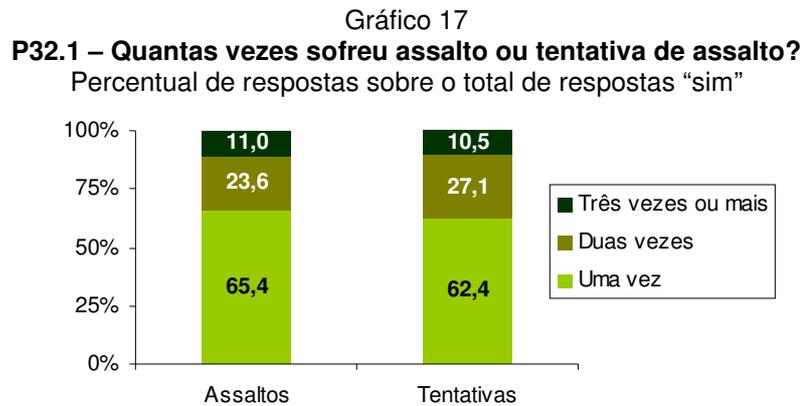
Tabela 4
P30 – Nos últimos 5 anos, você passou por alguma dessas situações?
 Percentual de respostas “sim” (pelo menos uma vez), segundo moradia em favela ou não-favela

	Toda a amostra	Não-favela	Favela
Alguém ameaçou você com arma de fogo	8,6	9,2	5,9
Você ou algum(a) parente próximo(a) foi ameaçado(a) de morte	8,4	8,5	7,7
Algum(a) desconhecido(a) o(a) agrediu fisicamente (tapa, soco etc.)	7,0	7,0	7,0
Algum(a) amigo(a) ou colega seu(sua) o(a) agrediu fisicamente	6,5	7,1	4,0
Algum membro da sua família o(a) agrediu fisicamente	6,1	6,3	5,3
Você sentiu necessidade de andar armado(a)	5,2	5,3	4,7
Você mudou de casa por medo ou ameaça de violência	3,8	4,3	2,1
Alguém feriu você com arma de fogo	1,7	1,9	1,2

A pergunta seguinte indagava sobre vitimização direta por roubo (assalto) ou tentativa de roubo: cerca de 1/3 dos entrevistados disse ter passado alguma vez por essa experiência: homens em maior proporção que mulheres; não-moradores de favelas em proporção bem maior que moradores; jovens da Zona Norte mais que os das zonas Sul/Centro/Barra e Oeste (Gráfico 16).⁹



A maioria dos que já haviam sofrido assalto ou tentativa de assalto passara apenas uma vez por essas experiências, mas foi expressiva também a proporção (mais de 1/3) dos que disseram tê-las vivido duas ou mais vezes (Gráfico 17).



Evitou-se indagar diretamente aos jovens se eles próprios já se haviam envolvido *como autores* em atos violentos, dado o alto índice de não-resposta que, por óbvios motivos, esse tipo de pergunta costuma obter. Mas procurou-se identificar indiretamente sua proximidade com a autoria de violências, perguntando se amigos ou colegas haviam praticado algum dos atos listados (Tabela 5). Ainda assim a taxa de não-resposta foi bastante elevada – em torno de 10% (contra apenas cerca de 2% nas perguntas sobre vitimização) – e o único item que a superou expressivamente foi porte de arma: 17,1% dos jovens do asfalto e 15,5% dos jovens de favelas admitiram que algum amigo ou colega andara armado pelo menos uma

⁹ Esses dados são coerentes com informações mais gerais sobre vitimização por roubo no Rio de Janeiro, que apontam os homens como vítimas mais frequentes (cf. ISP 2008, p. 196) e a Zona Norte como região com maior incidência de assaltos na cidade (Musumeci, Silva e Conceição 2006, p. 14; Musumeci e Conceição 2007, p. 21).

vez nos últimos 5 anos.

Tabela 5
P31 – Nos últimos 5 anos, algum(a) amigo(a) ou colega seu(sua), que não fosse policial, fez alguma(s) dessas coisas?
 Percentual de respostas “sim” (pelo menos uma vez), segundo moradia em favela ou não-favela, e percentual de não resposta (NS/NL/NR)*

	Toda a amostra	NS/NL/NR*	Não-favela	Favela
Andou armado(a)	16,8	8,6	17,1	15,5
Agrediu ou espancou alguém	9,9	9,1	11,8	2,5
Ameaçou alguém com arma de fogo	5,6	11,7	6,1	3,6
Ameaçou alguém de morte	4,7	9,5	5,0	3,6
Assaltou alguém	4,0	9,3	3,9	4,3
Feriu alguém com arma de fogo	3,8	9,8	4,4	1,7
Matou alguém	2,8	9,7	2,8	2,8

(*) Não sabe, não lembra ou não respondeu

3. Preconceito e discriminação

Este módulo de perguntas buscou identificar dois tipos de percepções: sobre os grupos sociais que os jovens consideram ser alvos de preconceito ou discriminação e sobre as discriminações que eles avaliam ter sofrido pessoalmente. No primeiro caso, “moradores de favelas”, “negros de pele escura”, “pobres, independentemente da cor da pele” e, em menor grau, “mulatos/pardos” e “nordestinos/nortistas” apareceram, nesta ordem, como as categorias que sofreriam *muita discriminação* (Gráfico 18), sendo interessante notar que, em todas as 5 categorias, os percentuais mais baixos de respostas “muito” se verificaram quase sempre entre os jovens residentes em favelas e entre os jovens negros, isto é, autotclassificados como pretos ou pardos (Gráfico 19). De modo geral, porém, as percepções sobre os grupos muito discriminados variaram pouco entre os diferentes segmentos de jovens.

Gráfico 18
P35 – Esses grupos sofrem preconceito ou são discriminados?
 Percentual de respostas “muito”, segundo moradia em favela ou não-favela

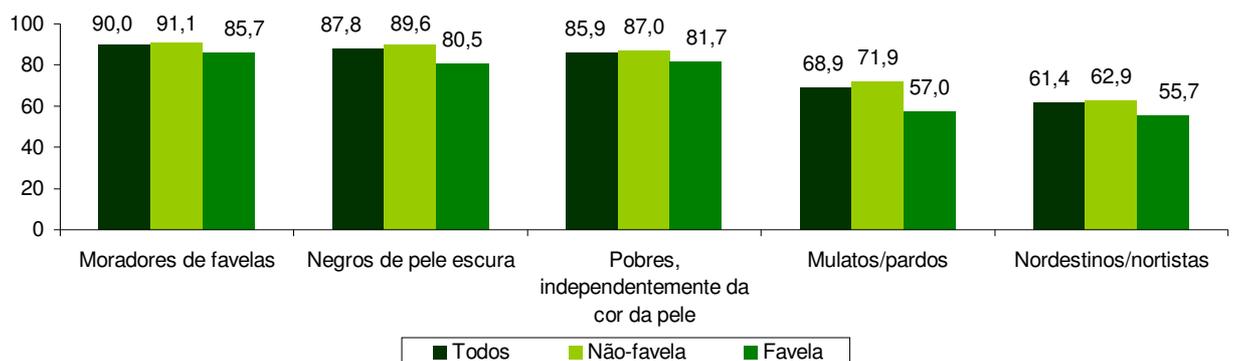
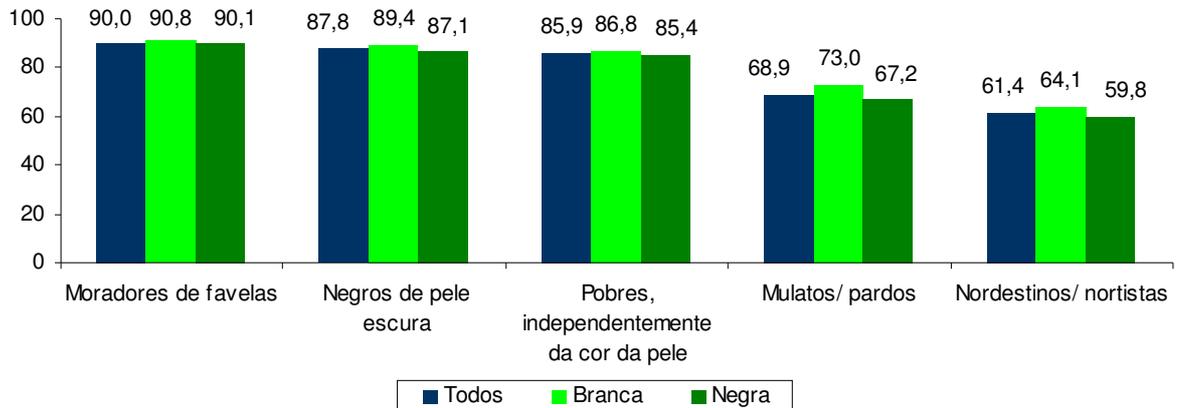
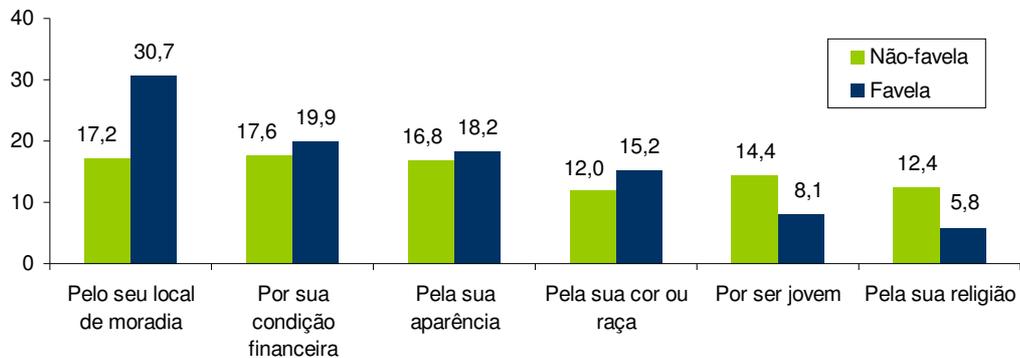


Gráfico 19
P35 – Esses grupos sofrem preconceito ou são discriminados?
 Percentual de respostas “muito”, segundo cor/raça



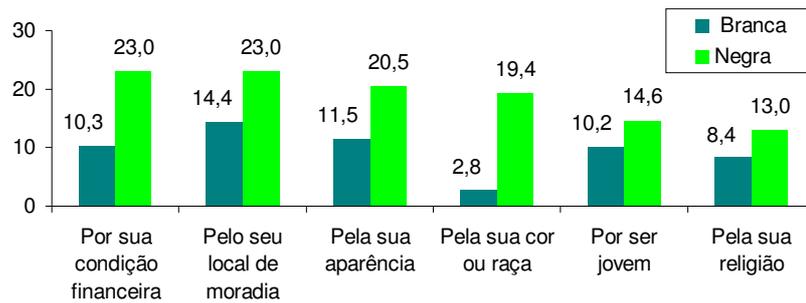
Já no caso das experiências *pessoais* de discriminação, as distâncias são bem mais acentuadas, especialmente no que se refere à discriminação por local de moradia, que é vivida (ou percebida como tal) em proporção muito maior pelos jovens de favelas. E também no que diz respeito às discriminações por idade e por religião, mais vivenciadas ou sentidas pelos jovens do asfalto (Gráfico 20).

Gráfico 20
P36 – Já se sentiu discriminado(a) por algum dos motivos abaixo?
 Percentual de respostas “sim”, segundo moradia em favela ou não-favela



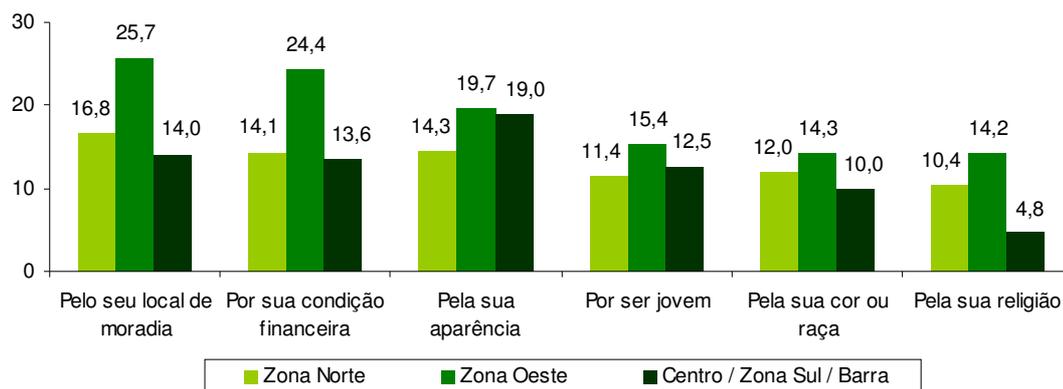
As respostas desagregadas por cor/raça (Gráfico 21) revelam, por sua vez, que a experiência ou o sentimento de ter sido discriminado(a) é sempre maior entre os negros, independentemente do motivo da discriminação (local de moradia, aparência, idade, religião etc.), muito embora a maior distância entre brancos e negros, como seria de esperar, diga respeito à discriminação por cor/raça (quase 17 pontos percentuais), seguida da discriminação por condição financeira (cerca de 13 pontos percentuais).

Gráfico 21
P36 – Já se sentiu discriminado(a) por algum dos motivos abaixo?
 Percentual de respostas “sim”, segundo raça/cor



Algo semelhante se verifica com os jovens da zona oeste quando se desagregam as respostas por áreas geográficas: em todos os quesitos, esses jovens apresentam maiores proporções de respostas “sim” às experiências de discriminação, sejam elas por local de moradia, por condição financeira (os dois itens com maiores distâncias em relação aos jovens das demais regiões) ou por outros motivos (Gráfico 22). Os dados sugerem, assim, que ser negro e morar na zona oeste da cidade – mais até do que residir em favela – são atributos que expõem os jovens mais frequentemente a discriminações de diversos tipos, ou que os tornam mais sensíveis à percepção dessas discriminações.

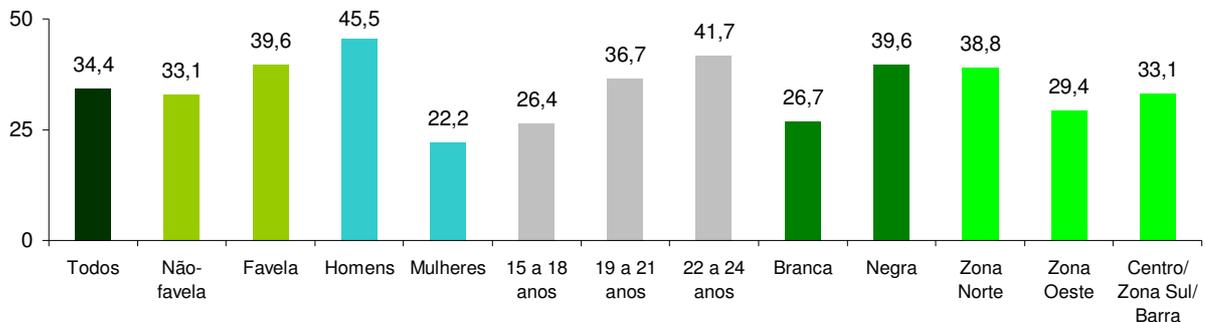
Gráfico 22
P36 – Já se sentiu discriminado(a) por algum dos motivos abaixo?
 Percentual de respostas “sim”, segundo região de residência



4. Juventude e polícia

Mais de 1/3 dos jovens disse já ter sido alguma vez parado ou abordado pela polícia¹⁰ proporção ainda mais alta entre os jovens do sexo masculino, os mais velhos (22 a 24 anos de idade), os moradores de favela, os negros e os habitantes da Zona Norte da cidade (Gráfico 23). Focalizando-se apenas os jovens do sexo masculino, as diferenças nas proporções de parados pela polícia são bem maiores que as mostradas no Gráfico 23: entre rapazes negros e brancos, a distância é de 17,7 pontos percentuais e entre rapazes moradores e não-moradores de favelas, de 27,3 pontos percentuais).

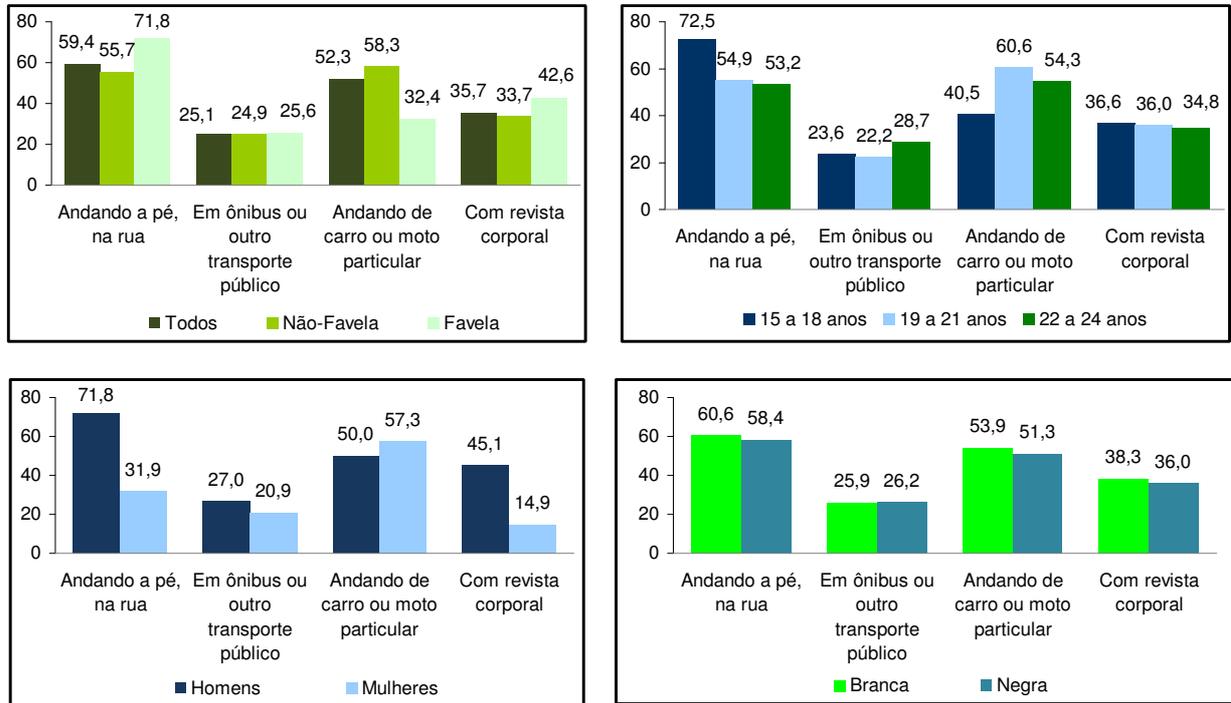
Gráfico 23
P42 – Alguma vez já foi parado(a)/abordado(a) pela polícia?
 Percentual de respostas “sim”, segundo residência, sexo, cor/raça e faixa etária



Dos jovens parados, a situação mais comum de abordagem fora “a pé, na rua”, em maior proporção entre os moradores de favelas, os homens, os adolescentes e os brancos, estes últimos com diferença muito pequena em relação aos negros (Gráfico 24). Já na segunda situação mais comum – “em carro ou moto particular” –, prevaleceram mulheres, brancos, adultos e não-moradores de favelas. Mais de um terço (35,7%) de todos os abordados, independentemente da situação de abordagem, sofrera revista corporal. A variável que parece aumentar a chance de um jovem ser revistado, além do sexo masculino, é a moradia em favela – bem mais do que a cor da pele ou a faixa de idade.

¹⁰ Na pesquisa Elemento Suspeito, realizada em 2003, abrangendo a população carioca de 15 a 65 anos de idade, a proporção geral de pessoas abordadas pela polícia ao menos uma vez foi de 37,8%, um pouco mais alta que a registrada entre os jovens aqui em foco, talvez por efeito da “política de visibilidade” em vigor naquela época, centrada nas blitzes (abordagens de veículos particulares) – situação em que pessoas mais velhas e mais ricas estão proporcionalmente mais sujeitas a ser paradas (cf. Ramos e Musumeci, 2005).

Gráfico 24
P43 – Em que situação foi parado(a) abordado(a) pela polícia?
 Percentual de respostas “sim”, sobre o total de abordados, segundo moradia em favela ou não-favela, faixa etária, sexo e raça/cor



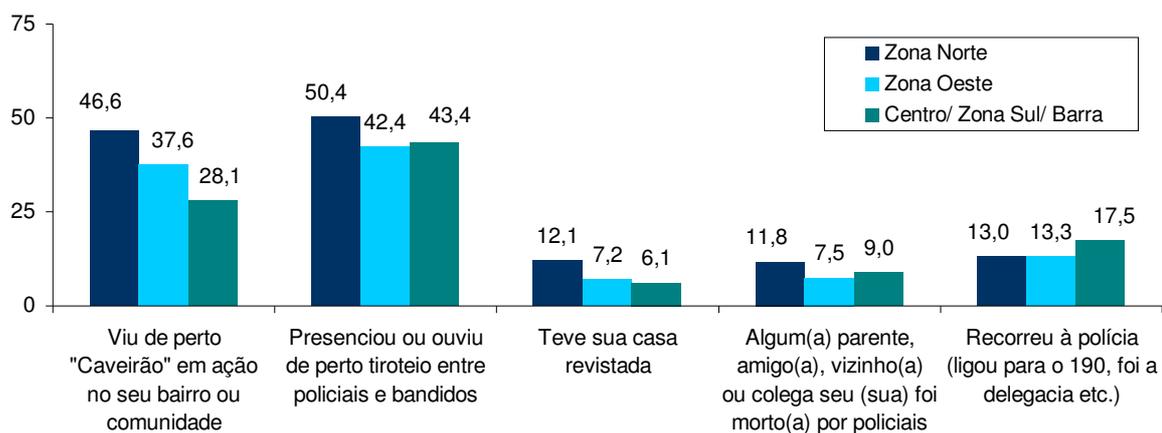
Quando se consideram outros tipos de experiência com a polícia – especialmente ter a casa revistada, ver de perto “caveirão”, presenciar ou ouvir de perto tiroteios entre policiais e bandidos, ter tido alguém próximo morto por policiais –, novamente os jovens de favelas aparecem como segmento muito mais exposto que os moradores do asfalto (Tabela 6). E não só a incidência, mas também a frequência com que algumas dessas situações são vividas distancia fortemente os dois grupos de jovens cariocas: entre os de favelas, a proporção dos que disseram ter tido a casa revistada *ao menos uma vez* pela polícia é mais de 6 vezes superior à dos jovens do asfalto e revistada *muitas vezes* é 7 vezes maior; a dos que tiveram pelo menos uma pessoa próxima morta pela polícia é quase o triplo e *muitas* pessoas, quase o sêxtuplo. Sofrer frequentemente agressões verbais e humilhações por parte de policiais foi uma experiência relatada em proporção quase 5 vezes maior no primeiro grupo; conviver com a presença frequente do “caveirão” e de tiroteios, em proporção cerca de 4 vezes maior. Das experiências listadas, as únicas com maiores percentuais de respostas positivas entre os jovens do asfalto foram a de extorsão ou tentativa de extorsão e a de recorrer voluntariamente à polícia.

Tabela 6
P44 – Já teve alguma dessas experiências com a polícia?
 Percentuais de respostas “pelo menos uma vez”
 e “muitas vezes”, segundo moradia em favela ou não-favela

	Pelo menos uma vez		Muitas vezes	
	Não-favela	Favela	Não-favela	Favela
Viu de perto "Caveirão" em ação no seu bairro ou comunidade	34,3	65,2	10,0	37,1
Presenciou ou ouviu de perto tiroteio entre policiais e bandidos	41,1	66,9	13,8	50,2
Teve sua casa revistada	4,7	28,1	1,0	7,9
Algum(a) parente, amigo(a), vizinho(a) ou colega seu (sua) foi morto(a) por policiais	7,5	18,7	0,9	5,5
Foi ofendido verbalmente ou humilhado por policial(is)	8,6	14,6	0,7	4,5
Foi agredido fisicamente por policial(is)	3,6	6,9	0,5	1,2
Visitou alguém que estava detido(a) em delegacia, batalhão ou casa de custódia	5,6	7,8	0,8	1,9
Ficou detido(a) em delegacia, batalhão ou casa de custódia	2,6	3,5	0,4	0,3
Algum policial tirou ou tentou tirar dinheiro de você	9,7	7,5	1,8	1,2
Recorreu à polícia (ligou para o 190, foi a delegacia etc)	15,2	7,8	0,4	1,1

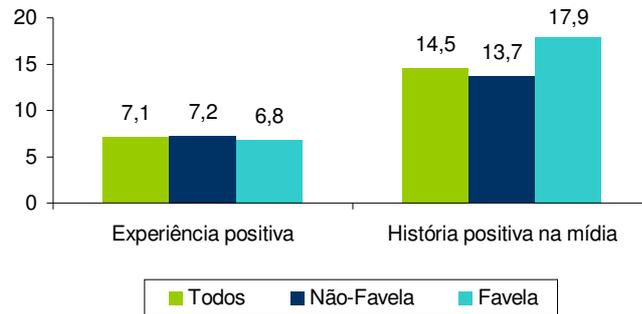
Embora não tão gritantes, há também algumas diferenças entre as grandes áreas da cidade, com maiores proporções de respostas positivas entre moradores da Zona Norte, exceto para a experiência de recorrer voluntariamente à polícia, em que prevaleceram os da região Centro/Zona Sul/Barra (Gráfico 25).

Gráfico 25
P44 – Já teve alguma dessas experiências com a polícia?
 Percentual de respostas “sim” (pelo menos uma vez), segundo região de residência



Poucos jovens disseram já ter tido algum tipo de experiência positiva com a polícia, sendo a proporção entre os jovens de favela mais baixa que a dos de asfalto; parcela bem maior, mas ainda assim relativamente pequena, disse lembrar ter visto ou ouvido na mídia alguma história positiva a respeito de policiais (Gráfico 26).

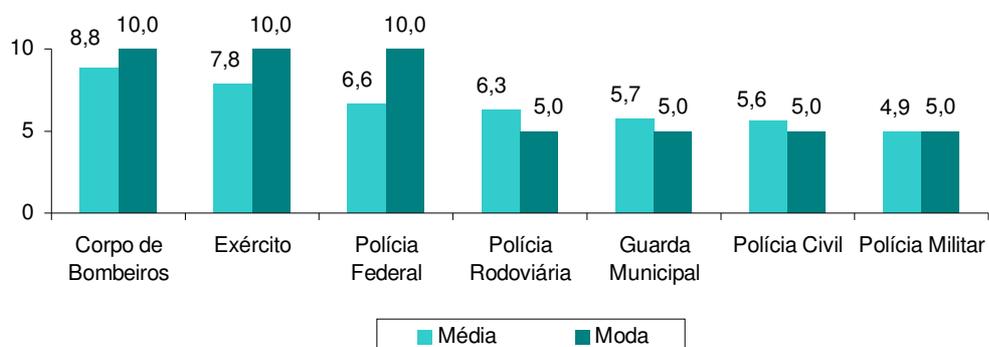
Gráfico 26
**P47 e P48 – Teve alguma experiência positiva com a polícia? /
 Lembra de ter visto ou ouvido na mídia alguma história positiva sobre polícia?**
 Percentual de respostas “sim”, segundo moradia em favela ou não-favela



Pelos resultados acima, seria de esperar que os jovens cariocas, e muito especialmente os moradores de favelas, avaliassem mais negativamente as forças policiais do que na realidade o fazem: quando se pediu que atribuíssem notas de zero a 10 para cada uma das instituições de segurança, as médias ponderadas foram quase sempre iguais ou superiores a 5, tendo-se informado aos entrevistados que esta era a nota mínima para “aprovação” (Gráficos 27 e 28). *Entre* as forças policiais, contudo, as avaliações variam muito – da média 4,9 para a PM à 8,8 para o Corpo de Bombeiros e 7,8 para o Exército, estas duas últimas forças tendo recebido dos jovens de favelas médias ainda mais altas: 9,3 e 8,5, respectivamente.¹¹

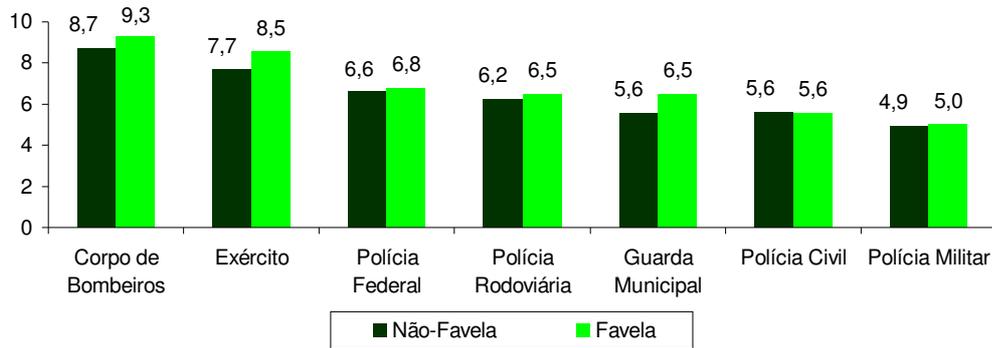
Observa-se aqui o mesmo já constatado em outras pesquisas: com exceção do Corpo de Bombeiros, as notas parecem ter relação inversa com a frequência dos contatos entre a população e a força de segurança, ou seja, quanto mais exposta a instituição no cotidiano, pior tende a ser a avaliação que recebe, cabendo as médias mais baixas às Polícias Militar e Civil, e à Guarda Municipal (talvez pelo mesmo motivo, esta última é mais bem avaliada pelos jovens de favelas que pelos do asfalto, onde ela está muito mais presente).

Gráfico 27
P45 – Que nota, de 0 a 10, daria para essas instituições?
 Média geométrica e moda das notas atribuídas – toda a amostra



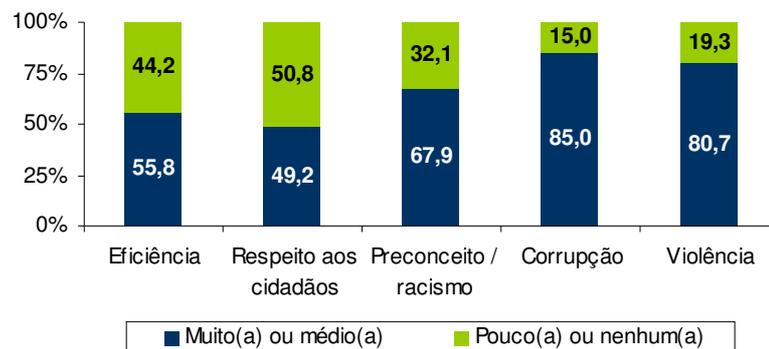
¹¹ Na pesquisa Elemento suspeito, as médias ponderadas foram bastante semelhantes a essas: 5,5 para Polícia Militar; 5,6 para Guarda Municipal; 5,9 para Polícia Civil; 6,2 para Polícia Rodoviária; 6,5 para Polícia Federal; 7,8 para Exército e 9,1 para Corpo de Bombeiros (Ramos e Musumeci 2005).

Gráfico 28
P45 – Que nota, de 0 a 10, daria para essas instituições?
 Média geométrica das notas atribuídas, segundo moradia em favela e não-favela



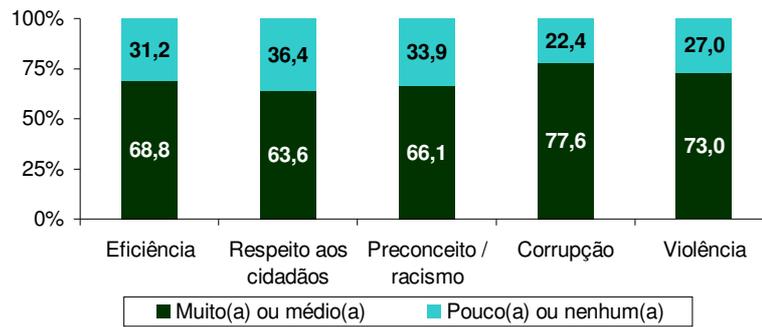
Buscou-se também conhecer as avaliações dos jovens sobre as Polícias Civil e Militar em relação a alguns itens específicos – tanto positivos (eficiência, respeito aos cidadãos) quanto negativos (violência, racismo e corrupção). Os resultados indicam que a imagem dessas instituições junto aos jovens cariocas está muito longe de ser boa: a maioria dos entrevistados avaliou que as duas polícias são racistas, corruptas e violentas – sendo que no caso da PM as proporções para corrupção e violência chegaram a mais de 80% (Gráficos 29 e 30).¹² A Polícia Civil é um pouco mais bem avaliada que a Militar, particularmente nos quesitos eficiência e respeito aos cidadãos, mas ainda assim é muito elevado o percentual de jovens que a consideram violenta e corrupta em alto ou em médio grau.

Gráfico 29
P54 – Como avalia a Polícia Militar em relação a esses itens?
 Percentual de respostas – toda a amostra



¹² Na pesquisa Elemento suspeito, os percentuais de pessoas que atribuíram grau alto ou médio de corrupção, racismo e violência à Polícia Militar foram ainda maiores: respectivamente 90,6; 79,1 e 90,4% (Ramos e Musumeci 2005).

Gráfico 30
P55 – Como avalia a Polícia Civil em relação a esses itens?
 Percentual de respostas – toda a amostra



Levando-se em conta essas avaliações, mais os riscos da profissão policial e os baixos salários nos escalões inferiores das polícias, chega a surpreender o fato de cerca de 29% dos jovens do sexo masculino e dos jovens moradores de favelas já terem pensado em se tornar policiais (Gráfico 31). Para os que responderam “sim”, apesar de a preferência ser pela Polícia Federal – força com remunerações mais altas e imagem social menos deteriorada –, a segunda opção, não muito distante em número de respostas, é a Polícia Militar, justamente a que recebeu as piores avaliações nas perguntas anteriores (Gráfico 32).¹³

Gráfico 31
P51 – Alguma vez pensou em ser policial?
 Percentual de respostas “sim”, segundo moradia em favela ou não-favela e sexo

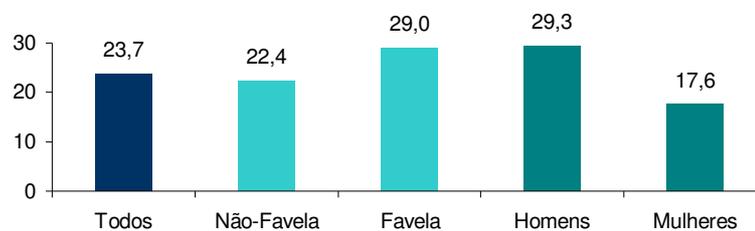
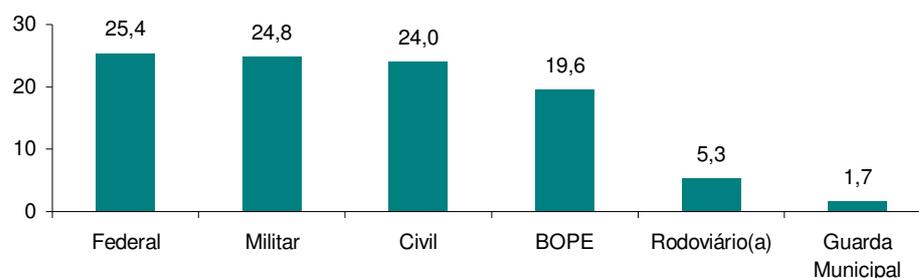


Gráfico 32
P52 – Que tipo de policial?
 Percentual de respostas sobre o total dos “sim” na P51



13 Embora houvesse campos predefinidos, que previam a distinção entre Polícia Militar em geral e BOPE, a pergunta P52 foi aberta para os que responderam “sim” na 51, logo a distinção resultou de respostas espontâneas dos entrevistados.

Análise multivariada: relações entre perfil dos jovens, território e exposição à violência

Complementando a análise descritiva acima desenvolvida, esta seção analisa as relações entre características dos jovens, tanto individuais quanto ecológicas (referentes às regiões da cidade e à residência em favela ou não-favela), e a exposição à violência, conforme as experiências e percepções dos entrevistados.

Para tanto, desenvolveram-se modelos estatísticos de regressão múltipla, capazes de mostrar a relação entre um conjunto selecionado de variáveis independentes e outro conjunto de indicadores (variáveis dependentes) que mensuram a exposição dos jovens a tipos distintos violências e vitimizações. Em primeiro lugar, foram estabelecidas medidas – *índices de exposição à violência* – que pudessem representar quantitativamente as percepções de vulnerabilidade e as experiências captadas no questionário da pesquisa, para, num segundo momento, correlacioná-las às variáveis de perfil.

Na criação dos índices utilizou-se a técnica multivariada da análise fatorial, que busca identificar a estrutura de correlação, muitas vezes não observável diretamente, de um conjunto de variáveis interrelacionadas. Essa análise identifica grupos de variáveis altamente correlacionadas entre si e fracamente correlacionadas com as demais variáveis em análise, e cria fatores (ou índices) que funcionam como resumos de um conjunto de dados, representando dimensões substantivamente interpretáveis.

Selecionaram-se inicialmente dez variáveis indicadoras, relativas a experiências de violência e vitimização relatadas pelos jovens. Variáveis indicadoras são variáveis binárias (com valor 0 ou 1), que apontam a existência ou inexistência de uma determinada característica, categoria ou condição perguntada. Como mostra a Tabela 7, a seguir, variáveis com mais de duas categorias possíveis foram recodificadas como variáveis binárias.

Tabela 7
Variáveis utilizadas na análise fatorial

Pergunta do questionário	Formato original e conversão ao formato binário
Teve parente, vizinho, amigo ou colega assassinado?	Sim / Não
Viu o corpo de alguém assassinado?	
Foi assaltado ou tentaram te assaltar nos últimos 5 anos?	
Viu de perto arma de traficante?	Sim (uma vez, algumas vezes, muitas vezes) / Não (nunca)
Viu pessoas armadas nas ruas do seu bairro?	
Viu pessoas se agredindo fisicamente no seu bairro?	
Foi agredido fisicamente por policiais?	Sim (uma vez, algumas vezes, muitas vezes) / Não (nunca)
Foi ofendido verbalmente ou humilhado por policiais?	
Parente, amigo, vizinho ou colega foi morto por policiais?	
Presenciou ou ouviu de perto tiroteio?	

A Tabela 8, por sua vez, mostra o número de *missings*, ou seja, de não-resposta (não sabe, não lembra ou não respondeu) para cada uma das experiências consideradas.

Tabela 8
Frequência de respostas *sim* e de não-resposta (*missing*) para as variáveis utilizadas na análise fatorial

Variáveis	Frequência		Missing	
	Nº	%	Nº	%
Teve parente, vizinho, amigo ou colega assassinado?	704	43,8	25	1,6
Viu o corpo de alguém assassinado?	896	55,8	26	1,6
Foi assaltado ou tentaram te assaltar nos últimos 5 anos?	528	32,9	0	0,0
Viu de perto arma de traficante?	582	36,2	7	0,4
Viu pessoas armadas nas ruas do seu bairro?	616	38,3	26	1,6
Viu pessoas se agredindo fisicamente no seu bairro?	790	49,2	19	1,2
Foi agredido fisicamente por policiais?	69	4,3	37	2,3
Foi ofendido verbalmente ou humilhado por policiais?	157	9,8	35	2,2
Parente, amigo, vizinho ou colega foi morto por policiais?	156	9,7	75	4,7
Presenciou ou ouviu de perto tiroteio?	744	46,3	34	2,1

Em média, a não-resposta a cada questão individual ficou perto de 2% dos 1.607 casos da amostra. Contudo, excluindo da análise os jovens que não responderam a nenhuma das dez perguntas, a perda de casos é maior e chega a 150, ou 9,3% do total de entrevistados. Logo, o total de casos utilizado para estimar os indicadores foi de 1.457.

Como resultado da análise fatorial,¹⁴ obtiveram-se quatro fatores independentes, que resumem a informação das dez variáveis acima e representam formas distintas de exposição à violência relatadas pelos jovens. A partir desses fatores, definiram-se quatro indicadores,¹⁵ cuja interpretação depende dos sentidos atribuídos às variáveis que mais contribuem na sua formação.

- Fator 1: Formado predominantemente pelas variáveis *viu de perto arma de traficante*, *viu pessoas armadas nas ruas do seu bairro*, *viu pessoas brigando no seu bairro* e *presenciou ou ouviu de perto tiroteio entre policiais e bandidos*. As variáveis com maior peso na composição deste fator apontam fenômenos territorialmente circunscritos, presentes na vizinhança da residência dos jovens, o que sugere interpretá-lo como fator de exposição dos jovens à violência no entorno da sua moradia ou *exposição à violência na vizinhança*;
- Fator 2: Inclui principalmente as variáveis *teve parente ou amigo assassinado* e *viu corpo de alguém assassinado*, e, em menor medida a variável *teve parente, amigo, vizinho ou colega morto por policiais*. Este fator engloba, sobretudo, experiências de proximidade com mortes violentas, podendo ser entendido como um indicador de

¹⁴ Na análise fatorial foram retidos os primeiros 4 fatores, que explicaram 65,5% do total da variabilidade dos dados. O método de extração foi o das componentes principais e a rotação foi VARIMAX. Os escores fatoriais, que representam os indicadores de exposição, foram estimados por meio de regressões.

¹⁵ Os escores fatoriais resultantes da análise fatorial foram padronizados numa escala de 0 a 1.

exposição à violência letal;

- Fator 3: Composto pelas variáveis *foi agredido fisicamente por policiais, foi ofendido verbalmente ou foi humilhado por policiais e teve parente, amigo, vizinho ou colega morto por policiais* – esta última com um peso bastante superior ao da sua contribuição para o Fator 2. São variáveis que apontam claramente para o que se poderia chamar de *exposição à violência policial;*
- Fator 4: Indica experiências dos jovens com assaltos e tentativas de assalto, sendo o fator formado predominantemente pela variável *já foi assaltado ou tentaram te assaltar nos últimos 5 anos*. Este é, portanto, um indicador de *exposição a assaltos*.

A partir daí, a análise consiste em tomar os quatro indicadores acima como variáveis dependentes em modelos de regressão múltipla, que, por sua vez, ajudam a compreender as dinâmicas associadas às experiências de violência relatadas pelos jovens, e a traçar perfis diferenciais de vitimização para cada tipo de exposição percebida.

Após avaliar diversas variáveis de perfil presentes no questionário, sobretudo em relação à quantidade de não-resposta e à pertinência para a compreensão do tema em foco, optamos por testar doze dessas variáveis, indicadas na Tabela 9. Duas delas pretendem mensurar efeitos ecológicos, relacionados aos locais de residência dos jovens, identificando a zona da cidade e a residência ou não em favela, enquanto as outras variáveis representam características individuais – sociodemográficas, socioeconômicas, comportamentais ou de estilo de vida dos entrevistados.

Tabela 9
Variáveis independentes testadas nas regressões múltiplas

Variáveis independentes	Categorias ou resultados possíveis
Zona da cidade	Zonas Sul, Norte ou Oeste
Setor censitário de favela (IBGE - <i>subnormal</i>)	Favela ou não-favela
Sexo do jovem	Masculino ou feminino
Idade do jovem	Varia de 15 a 24 anos
Cor do jovem	Branca ou não-branca
Escolaridade em anos de estudo	Varia de 2 a 17 anos
Renda familiar mensal	Até 3 SM, mais de 3 até 5 SM, mais de 5 SM
Tem filhos?	Sim ou não
Está estudando no momento?	Sim ou não
Costuma chegar em casa depois de 4 hs da manhã?	Sim ou não
Frequenta grupo religioso?	Sim ou não
Frequenta atividade religiosa?	Sim ou não

Apenas quatro variáveis tiveram menos de 100% de preenchimento, a saber: *cor do jovem* (12 casos sem informação, ou 0,7%); *escolaridade* (18 casos, ou 1,1%); *estuda no momento* (2 casos, ou 0,1%); e *renda familiar* (152 casos sem informação, ou 9,5%). A

amostra final utilizada para a estimação dos modelos, considerando os 1.457 casos para os quais se tem o valor dos fatores e levando em conta o *missing* da variável renda, foi de 1.298 jovens, ou 80,8% do total.

Foram ajustados modelos de regressão múltipla para cada um dos quatro indicadores de exposição à violência, cada qual com uma distinta combinação das 12 variáveis independentes acima listadas. O poder explicativo dos modelos também diferiu bastante. O modelo final ajustado para o indicador de exposição à *violência na vizinhança* obteve o maior poder explicativo,¹⁶ equivalente a **23,7%** da variabilidade total. Os demais modelos explicativos foram bem mais modestos e explicaram, respectivamente, **6,5%** (*exposição à violência letal*); **6,3%** (*exposição à violência policial*); e **9%** (*exposição a assaltos*).

Tabela 10
Modelo para indicador de *exposição à violência na vizinhança*

Variáveis no modelo	B	Erro padrão	t	p-valor (sig.)
Constante (Intercepto)	0,245	0,049	4,975	0,000
Até 3 salários mínimos	0,123	0,019	6,578	0,000
Mais de 3 até 5 salários mínimos	0,044	0,019	2,366	0,018
Mais de 5 salários mínimos	0,000	.	.	.
Anos de estudo	-0,010	0,003	-3,060	0,002
Masculino	0,033	0,012	2,766	0,006
Feminino	0,000	.	.	.
Idade do jovem	0,009	0,002	3,927	0,000
Jovens brancos	-0,048	0,013	-3,710	0,000
Jovens não-brancos	0,000	.	.	.
Costuma chegar tarde	0,048	0,015	3,295	0,001
Não costuma chegar tarde	0,000	.	.	.
Frequenta grupo religioso	0,049	0,015	3,132	0,002
Não frequenta grupo religioso	0,000	.	.	.
Mora em área de favela	0,111	0,026	4,343	0,000
Mora fora de área de favela	0,000	.	.	.
Zona Sul	0,120	0,022	5,544	0,000
Zona Norte	0,032	0,015	2,111	0,035
Zona Oeste	0,000	.	.	.
Interação Zona Sul e favela	-0,007	0,051	-0,146	0,884
Interação Zona Norte e favela	0,139	0,032	4,364	0,000
Demais interações territoriais	0,000	.	.	.

Coeficientes (B) zerados correspondem às categorias de referência

O indicador de *exposição à violência na vizinhança* representa, como foi dito, percepções dos jovens sobre fenômenos que ocorrem nas proximidades de suas residências,

¹⁶ Utilizamos para avaliar a qualidade do ajuste dos modelos a estatística R^2 ajustado, que pode ser interpretada como o percentual da variabilidade total dos dados passível de ser explicada pelo modelo estatístico.

em seus bairros ou comunidades, logo era de esperar que apresentasse forte correlação com variáveis ecológicas, como *favela* e *zona da cidade*. De fato, considerando apenas o modelo univariado, a variável indicativa da residência do jovem em área de favela explicou sozinha, 14% da variância total explicada. Essa variável mostrou, portanto, um dos maiores efeitos entre todas as que foram testadas. Como consta no modelo ajustado (Tabela 10) os jovens nas áreas de favela têm um acréscimo na exposição à violência da vizinhança igual a 0,11 (lembrando que os indicadores de exposição variam entre 0 e 1).

Na mesma linha, a variável que identificava a zona da cidade em que os jovens residiam também foi estatisticamente significativa. Tomando como categoria de referência a Zona Oeste, foi possível verificar que o indicador de exposição à violência na vizinhança é maior na Zona Norte (0,032 superior ao da Zona Oeste) e, sobretudo, na Zona Sul, cujo efeito sobre a exposição é, em média, 0,12 pontos maior que o verificado na Zona Oeste. Assim, é possível afirmar que os jovens da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro sentem-se, de modo geral, mais expostos e percebem-se mais inseguros em relação ao seu entorno do que os jovens da Zona Norte e da Zona Oeste. Esse resultado, que soa inusitado e mesmo contraditório, pode ser elucidado a partir de algumas considerações.

Primeiramente, cabe lembrar que a literatura sobre violência e segurança pública mostra serem muitas vezes paradoxais as relações entre violência objetiva e violência subjetiva ou percebida. É comum constatar-se em pesquisas de opinião, vitimização e percepção social da violência que pessoas que residem ou transitam em áreas mais abastadas e mais seguras das cidades sentem-se, não raro, mais inseguras que moradores e transeuntes de regiões perigosas, em que ocorrem mais crimes, ou nas quais os riscos objetivos de vitimização são maiores. Percepções e sentimentos como insegurança, medo ou crenças de perigo são socialmente condicionados e os limites do que se considera ameaçador ou arriscado variam de acordo com as experiências de vida dos próprios sujeitos.¹⁷

Outro ponto que merece ser ressaltado diz respeito à estimação de efeitos interativos entre as variáveis *favelas* e *zonas da cidade*. É interessante notar que, das duas interações estimadas (*zona sul/favela* e *zona norte/favela*), apenas a segunda foi estatisticamente significativa. Ou seja, os resultados indicam que o fato de residir especificamente em uma favela da Zona Norte aumenta o indicador que representa a exposição da violência percebida na vizinhança em 0,139 pontos, um acréscimo que se soma aos aumentos mais gerais registrados para os jovens que vivem em favelas e para aqueles que moram na Zona Norte. Esse efeito interativo parece não ocorrer para as favelas das zonas sul e oeste da cidade. Os

¹⁷ Ver, sobre esse tema, o trabalho de Borges (2012).

diferentes efeitos territoriais sobre a exposição de violência na vizinhança podem ser vistos na Tabela 11, onde se verifica que a exposição percebida pelos jovens é maior nas favelas da Zona Norte e da Zona Sul, e menor nas regiões fora de áreas de favela, sobretudo nas zonas Oeste e Norte.

Tabela 11
Efeitos territoriais estimados para indicador de percepções de violência na vizinhança

Local de moradia	Intercepto	Favela	Zona	Interação	Efeito total do território
Zona Norte / Favela	0,245	0,111	0,032	0,139	0,527
Zona Sul / Favela	0,245	0,111	0,120	0,000	0,476
Zona Sul / Não-favela	0,245	0,000	0,120	0,000	0,365
Zona Oeste / Favela	0,245	0,111	0,000	0,000	0,356
Zona Norte / Não-favela	0,245	0,000	0,032	0,000	0,277
Zona Oeste / Não-favela	0,245	0,000	0,000	0,000	0,245

Outra variável que se mostrou relevante para a compreensão das percepções de risco e violência na vizinhança foi a renda familiar mensal. Tomando como categoria de referência os jovens com renda familiar de mais de 5 salários mínimos mensais (superior a R\$ 2.325,00 na ocasião da pesquisa), verificamos que são esses os jovens menos expostos à violência na vizinhança, em comparação com os que declararam rendimentos familiares mensais entre 3 e 5 salários mínimos e, principalmente, em relação aos jovens que possuíam renda familiar de até 3 salários mínimos (até R\$ 1.395,00). Estes últimos tiveram um indicador de exposição, em média, 0,123 pontos superior aos de renda familiar acima de 5 salários mínimos.

No mesmo sentido se apresenta a relação entre exposição à violência no entorno da moradia e escolaridade dos jovens, medida em anos de estudo. Segundo as estimativas calculadas para o efeito dessa variável, observa-se que, quanto maior a escolaridade dos jovens, menor sua exposição ao tipo de violência considerado: o aumento de um ano de estudos reduziria a exposição média em 0,010; um jovem com 17 anos de estudo (máxima escolaridade registrada na amostra) apresentaria uma redução da exposição de 0,15, em comparação com um jovem com apenas 2 anos de estudo (mínima escolaridade registrada).

No que se refere às variáveis de características individuais, verifica-se que a exposição à violência na vizinhança é mais elevada para os jovens do sexo masculino (indicador 0,033 pontos acima do das mulheres) e menos elevada para os jovens brancos (ser branco reduz a exposição em 0,048 pontos, em média). Além disso, nota-se que, quanto maior a idade do jovem, maior a sua exposição: cada ano de vida adicional aumenta a exposição à violência na vizinhança em 0,009 pontos: um jovem de 24 anos, por exemplo, teria um índice de exposição 0,081 pontos superior ao de um adolescente de 15 anos.

Foram incorporadas ainda duas variáveis que remetem a estilos de vida dos jovens. Os entrevistados que afirmaram chegar costumeiramente em casa após 4 horas da manhã têm uma exposição maior do que aqueles que não declararam esse costume – um aumento médio da exposição de 0,048 pontos. Por sua vez, os jovens que afirmaram frequentar grupos religiosos também obtiveram estimativas mais elevadas para sua exposição à violência na vizinhança: 0,049 pontos superior, em média, aos que responderam negativamente a essa pergunta.

Poderíamos relacionar ambos os resultados aos efeitos de uma maior circulação dos jovens que realizam uma das duas ou as duas práticas. Nesse sentido, chegar mais tarde em casa e sair de sua residência para participar das atividades de um grupo religioso poderiam aumentar as chances de os jovens presenciarem eventos violentos nas vizinhanças. Por outro lado, a dimensão moral da prática religiosa poderia também influenciar as percepções dos jovens, fazendo com que estes percebessem mais como risco e como violência determinadas experiências não percebidas da mesma forma por outros jovens.

Como já dito, no caso dos fatores associados à exposição dos jovens à violência letal (Tabela 12) e àqueles relacionados à violência policial (Tabela 13), os modelos estimados obtiveram resultados bem mais modestos, em termos da qualidade do ajuste, do que no caso da exposição à violência na vizinhança. Além disso, os efeitos territoriais foram menos evidentes em tais modelos e algumas das variáveis relacionadas ao perfil dos jovens não se mostraram estatisticamente significativas. Entretanto, verificaram-se algumas similaridades nos três modelos em relação às variáveis que descrevem características individuais.

Tabela 12
Modelo para indicador de *exposição à violência letal*

Variáveis no modelo	B	Erro padrão	t	p-valor (sig.)
Constante (intercepto)	0,339	0,039	8,656	0,000
Anos de estudo	-0,008	0,003	-2,718	0,007
Masculino	0,030	0,011	2,708	0,007
Feminino	0,000	.	.	.
Jovens brancos	-0,041	0,012	-3,571	0,000
Jovens não-brancos	0,000	.	.	.
Idade do jovem	0,014	0,002	6,470	0,000
Tem filhos	0,041	0,017	2,472	0,014
Não tem filhos	0,000	.	.	.
Frequenta grupo religioso	0,053	0,014	3,766	0,000
Não frequenta grupo religioso	0,000	.	.	.
Mora em área de favela	0,029	0,014	2,045	0,041
Mora fora de área de favela	0,000	.	.	.
Zona Sul	-0,038	0,017	-2,204	0,028
Zona Norte	-0,023	0,012	-1,983	0,048
Zona Oeste	0,000	.	.	.

Coefficientes (B) zerados correspondem às categorias de referência

Tabela 13
Modelo para indicador de *exposição à violência policial*

Variáveis no modelo	B	Erro Padrão	t	p-valor (sig.)
Constante (intercepto)	0,083	0,034	2,448	0,014
Até 3 salários mínimos	0,026	0,013	2,082	0,038
Mais de 3 até 5 salários mínimos	-0,001	0,013	-0,050	0,960
Mais de 5 salários mínimos	0,000	.	.	.
Anos de estudo	-0,008	0,002	-3,406	0,001
Masculino	0,052	0,009	6,138	0,000
Feminino	0,000	.	.	.
Idade do jovem	0,003	0,002	2,122	0,034
Costuma chegar tarde	0,052	0,010	5,046	0,000
Não costuma chegar tarde	0,000	.	.	.
Mora em área de favela	0,024	0,011	2,267	0,024
Mora fora de área de favela	0,000	.	.	.

Coefficientes (B) zerados correspondem às categorias de referência

Efeitos territoriais foram identificados como relevantes para ambos os indicadores, mas com especificidades percebidas em cada um dos modelos. O fato de os jovens residirem em favela mostrou efeitos bastante inferiores aos estimados para a exposição à violência na vizinhança, embora os coeficientes apontem o mesmo sentido positivo da correlação; em outras palavras, residir em favela aumenta a exposição dos jovens tanto à violência letal quanto à violência policial, sendo a magnitude dos coeficientes bastante semelhante: 0,029 no primeiro caso e 0,024 no segundo. Entretanto, as distinções entre zonas da cidade mostraram-se relevantes apenas para a explicação da violência letal, mas não-significativas para a explicação do indicador de violência policial. A Zona Oeste apresentou os maiores índices de exposição à violência letal, superiores aos estimados para a Zona Norte (que teve 0,023 pontos a menos) e ainda mais distantes dos indicadores da Zona Sul (com 0,038 pontos a menos).

No que diz respeito à renda, nota-se também uma diferença importante entre os dois modelos, na medida em que variações de rendimentos familiares mensais não foram importantes para explicar a exposição à violência letal, mas constituíram um fator significativo para a exposição à violência policial. Esta última parece aumentar particularmente na faixa inferior de rendimentos (famílias com renda de até 3 salários mínimos), não se mostrando significativa para a faixa intermediária (entre 3 e 5 salários). Assim, os dados confirmam o que já foi apontado por outras pesquisas, ou seja, que os jovens mais pobres são os mais expostos à violência policial.

Quanto às diferenças derivadas do perfil individual dos entrevistados, percebe-se que o aumento da idade eleva a exposição tanto à violência letal quanto à policial, com um efeito

mais forte sobre a primeira (0,014 pontos por ano adicional contra 0,003); nota-se também que o aumento da escolaridade reduz ambas as formas de exposição à violência com intensidade similar (redução de 0,008 pontos por ano de estudo). Os jovens do sexo masculino também estão mais expostos a ambas as formas de violência, sendo mais suscetíveis à violência policial (aumento de 0,052, contra um coeficiente de 0,030 no modelo estimado para exposição à violência letal).

É interessante notar ainda que a variável raça ou cor não se mostrou significativa para a explicação da violência policial, mas sim para a explicação do indicador de exposição à violência letal: jovens brancos estão menos expostos à violência letal do que os não-brancos, com redução média de 0,041 pontos.

Outras diferenças relevantes entre os modelos estatísticos, que ajudam a compreender a exposição à violência letal e a exposição à violência policial, dizem respeito às variáveis indicativas de estilos de vida dos jovens. Para o indicador de violência letal mostraram-se significativos o fato de o jovem ter filho(s) e sua participação em grupos religiosos. Ambos são fatores que aumentam a exposição dos jovens à violência letal (coeficientes do efeito iguais a 0,041 e 0,053, respectivamente). Por outro lado, nenhum dos dois indicadores foi significativo para explicar a exposição à violência policial. A única variável de estilo de vida que apresentou algum efeito nesse sentido foi o hábito de chegar em casa de madrugada, aumentando a exposição à violência policial em 0,052 pontos.

Tabela 14
Modelo para indicador de *exposição a assaltos*

Variáveis no modelo	B	Erro padrão	t	p-valor (sig.)
Constante (intercepto)	0,310	0,052	6,015	0,000
Até 3 salários mínimos	-0,084	0,020	-4,291	0,000
Mais de 3 até 5 salários mínimos	-0,063	0,020	-3,184	0,001
Mais de 5 salários mínimos	0,000	.	.	.
Anos de estudo	0,010	0,003	3,067	0,002
Jovens brancos	-0,033	0,014	-2,425	0,015
Jovens não-brancos	0,000	.	.	.
Idade do jovem	0,005	0,002	2,003	0,045
Mora em área de favela	-0,112	0,016	-6,884	0,000
Mora fora de área de favela	0,000	.	.	.
Zona Sul	-0,013	0,021	-0,631	0,528
Zona Norte	0,044	0,014	3,102	0,002
Zona Oeste	0,000	.	.	.

Coeficientes (B) zerados correspondem às categorias de referência

No caso da exposição dos jovens a assaltos ou tentativas de assalto, era esperado, com base na literatura sobre fatores associados à vitimização criminal (e mesmo sobre a

distribuição espacial desta vitimização), um perfil diferente daquele observado nos outros tipos de exposição à violência. Os crimes contra o patrimônio tenderiam a afetar (e a preocupar) mais os indivíduos com mais recursos econômicos, vítimas mais atraentes por oferecerem maior possibilidade de ganhos para os assaltantes. Logo, a hipótese de saída era de que a renda dos jovens se mostraria diretamente proporcional às experiências e percepções de exposição a assaltos.

Com efeito, os jovens que declararam renda familiar na faixa superior (acima de 5 salários mínimos) apresentaram indicadores de exposição a assaltos maiores que os jovens situados nos intervalos de renda mais baixos, sendo que, quanto menor a faixa de renda familiar declarada, menor o nível estimado de exposição a esse tipo de violência: houve redução média de 0,063 pontos no intervalo de 3 a 5 salários mínimos e de 0,084 pontos para os jovens com renda familiar mensal de até 3 salários mínimos.

No mesmo sentido, verifica-se que o número de anos de estudo, ao contrário do que ocorrera com as outras formas de exposição tratadas anteriormente, também aumenta o índice de exposição a assaltos ou tentativas de assalto: cada ano de estudo adicional faz esse índice crescer 0,010 pontos, donde se poderia afirmar que jovens com escolaridade mais alta são os mais suscetíveis a sofrer crimes violentos contra o patrimônio.

Em relação às variáveis sociodemográficas, observa-se que, tal como nos três modelos analisados anteriormente, a idade apresenta uma relação positiva e estatisticamente significativa com a exposição dos jovens, embora seu nível de significância (0,045) esteja bem próximo do limite definido para a entrada de variáveis no modelo (5% ou $\alpha=0,05$). Quanto maior a idade do jovem, maior sua exposição e maior seu risco de sofrer um assalto, havendo aumento médio do indicador na ordem de 0,005 pontos por ano de idade. Esse resultado pode ser interpretado de dois modos não excludentes: primeiro, no sentido de que mais tempo de vida, em si mesmo, implica maior chance de exposição a qualquer tipo de fenômeno e, segundo, no sentido de que jovens adultos tendem a circular mais e por tempo mais longo pela cidade do que adolescentes, o que aumentaria sua chance de ser assaltados.

Quanto à variável raça/cor autodeclarada, ao contrário do que seria de esperar, os jovens brancos apresentaram índices mais baixos de exposição do que os jovens não-brancos (a redução média na exposição foi de 0,033 pontos). É interessante notar que no modelo de regressão univariado (apenas com a variável cor) não apareceu uma diferença significativa entre jovens brancos e não-brancos, mas, com a inserção das variáveis socioeconômicas individuais e territoriais, como escolaridade, residência em favela e, principalmente, renda familiar, a diferença se acentuou e passou a ser relevante. Assim, considerando que o modelo de regressão estimado inclui como variáveis explicativas significativas a renda e a

escolaridade dos jovens, além das variáveis territoriais (favela e zona da cidade), é possível afirmar que, controlados estes fatores socioeconômicos, há um efeito específico da variável cor que aumenta a exposição dos jovens não-brancos.

No que se refere às variáveis territoriais, verificamos que o fato de residir em área de favela diminui a exposição dos jovens aos assaltos – uma redução média no indicador de 0,112 pontos em relação aos jovens que não residiam em favelas. Os resultados do modelo indicam ainda que não há diferenças nas experiências de assalto e tentativa de assalto entre jovens da Zona Sul e os da Zona Oeste da cidade. A única diferença significativa ocorreu entre os jovens residentes na Zona Norte, que apresentaram níveis de exposição mais elevados que os jovens das demais regiões, com aumento médio de 0,044 pontos no indicador de exposição a assaltos.¹⁸

Em suma, apesar de o poder explicativo dos modelos ser relativamente baixo, os resultados da análise multivariada são consistentes. Os sentidos das associações mostraram-se estáveis durante a modelagem e foram compatíveis com resultados que aparecem na literatura sobre o tema. A variável territorial que indicava residência em áreas de favela mostrou um efeito significativo em todos os modelos testados, embora com magnitudes distintas nos diferentes modelos. Foi possível verificar ainda, para a exposição à violência na vizinhança, uma interação entre favela e a zona da cidade, que indicou a maior exposição dos jovens moradores de favelas da Zona Norte.

Juventude, violência e polícia: considerações finais

A pesquisa exposta acima confirmou hipóteses anteriormente testadas em investigações sobre juventude no Brasil, como a centralidade do gênero para indicar a frequência de experiências associadas à violência e a importância das faixas de idade e dos atributos de raça ou cor, entre outros, para predizer risco de exposição a situações de violência. No presente trabalho, contudo, o resultado mais relevante – tanto da análise descritiva quanto da multivariada – diz respeito à importância decisiva da variável territorial associada à exposição à violência e às relações com o sistema de segurança pública, entre jovens de 15 a 24 anos.

Em particular, mais do que a distribuição por regiões mais abastadas e pelas de menor poder aquisitivo da cidade, o fato de se residir ou não em favela parece ter força explicativa

¹⁸ Como já se ressaltou na nota 9, acima esse resultado é compatível com as pesquisas que apontam a a Zona Norte como região com maior incidência de assaltos na cidade.

mais evidente quando comparamos os resultados para experiências como ter visto muitos corpos de pessoas assassinadas, ter tido pessoas próximas mortas intencionalmente, ter visto pessoas andando armadas no bairro onde mora, pessoas usando drogas ou pessoas se agredindo fisicamente na vizinhança. Da mesma forma, é entre jovens que moram em favelas que experiências como ver de perto o veículo blindado da polícia (“Caveirão”), presenciar ou ouvir de perto troca de tiros entre policiais e bandidos, ter a casa revistada ou ter pessoas conhecidas assassinadas pela polícia se dão em frequência significativamente maior do que em outros segmentos de jovens.

O fato de, no presente estudo, a amostra de jovens da cidade ter sido estratificada para as favelas permitiu comparar os resultados com os dos jovens que não moram em favelas. E comprovar que, no caso do Rio de Janeiro, a variável territorial se associa fortemente a outras variáveis sociodemográficas, de modo que o território tende a potencializar tendências para riscos de exposição a certos tipos de violências. Mas não encontramos evidentes indicações de maior exposição à violência intrafamiliar, doméstica e interpessoal para os jovens moradores de favelas. Também não encontramos diferenças muito significativas nos hábitos de circulação e lazer dos jovens habitantes em favelas ou no asfalto – salvo para frequência a bailes funk, cultos religiosos e lan houses, mais comum entre os primeiros -, nem no acesso à internet e a redes sociais, nem tampouco na participação em grupos esportivos, culturais e de outros tipos.

Essas conclusões levam a crer que a diferença marcante das favelas em relação aos bairros situados em áreas de não-favela refere-se ao tipo específico de violência produzida pela presença dos grupos de criminosos armados que controlavam a grande maioria das comunidades cariocas no momento da pesquisa (julho a novembro de 2009), bem como pela constante atuação dos agentes de segurança pública nos territórios de favelas a partir de práticas fundadas em uso excessivo da força e corrupção. É essa “ecologia” que parece marcar experiências diferentes entre os jovens da cidade e ser a principal fonte de exposição ao tipo específico da violência produzida pela proximidade das armas e pelo mando de grupos criminosos dentro do bairro. Desse modo, assim como os riscos de letalidade de jovens são fortemente marcados pelo pertencimento territorial (ver a pesquisa *Análise espacial da vitimização letal de adolescentes e jovens*, de Ignacio Cano e Eduardo Ribeiro, no presente volume), as favelas se tornaram um ambiente em que diversas formas de proximidade com a violência – indo, numa linha gradual, do som de tiros ao encontro frequente de cadáveres no caminho para a casa, ou à convivência com jovens fortemente armados na boca de fumo, e passando pela experiência-limite de ter sua residência revistada pela polícia – parecem

relacionar-se complexamente para conformar algo que podemos denominar de ambiência constante de exposição à violência.

Estudos em âmbito nacional vêm mostrando a importância do território para a exposição à violência de jovens urbanos. O projeto *Juventude e Prevenção da Violência*, coordenado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pesquisou adolescentes de 12 a 18 anos, e jovens de 19 a 24 anos nas regiões de atuação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) ao longo do ano de 2009. Atuou em 3 grandes frentes em 14 regiões de atuação do Brasil, realizando: (1) um estudo quantitativo sobre o perfil de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social; (2) um mapeamento de experiências levadas a cabo por organizações da sociedade civil e do poder público; (3) seminários de sensibilização e mobilização e oficinas de formação a partir das quais foram elaboradas cartilhas temáticas para gestores públicos. Os municípios pesquisados foram: Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, Boa Vista, Alvorada, Canoas, Porto Alegre, São Leopoldo, Florianópolis, Barra Bonita, Campinas, Diadema, Guarulhos, Osasco, Santos, São Bernardo do Campo, São Paulo e Palmas. No caso da pesquisa em questão, foram os estudos qualitativos que sugeriram a centralidade da dimensão territorial em diversos municípios brasileiros para explicar a percepção dos jovens sobre exposição à violência e representações sobre a cidade, sobre outros jovens, a discriminação e os territórios estigmatizados pela violência e pelo crime.

Segundo esses relatos, a pesquisa não revelou importantes diferenças regionais, sugerindo que os fenômenos estão mais relacionados com as características do território do que com as especificidades da região. As percepções dos grupos sobre o que faz um lugar ser violento foram convergentes em identificar: presença de drogas, grande número de conflitos e de mortes violentas (homicídios); frequência de assaltos, roubos e furtos; e presença de criminosos. Foram recorrentes os relatos de violência policial, de casos de tentativa e intimidação por parte de organizadores do crime, e de situações em que os participantes testemunharam ameaças com armas de fogo e trocas de tiro na comunidade. A percepção sobre o próprio bairro é bastante negativa: são locais marcados pelo uso de drogas, pela falta de segurança e pela falta de perspectivas para crianças, adolescentes e jovens que vivem ali. Muitos participantes mencionaram o estigma que carregam por serem moradores de determinada comunidade, dado seu histórico de violência. Casos de taxistas que se recusaram a levar passageiros, compras que nunca foram entregues e a discriminação que os moradores de determinada localidade sofrem ao procurar emprego são emblemáticos. O relatório afirma, finalmente, que

“entre as conclusões gerais, vale destacar a confirmação de que a violência tem incidência territorial. Ainda que se perceba um sentimento de insegurança disseminado em toda a sociedade, a violência letal se concentra em determinadas áreas, e as diversas etapas de pesquisa deste projeto demonstram que, a despeito de diferenças regionais, estes locais apresentam características muito semelhantes: falta de equipamentos e serviços públicos, assentamentos precários, disseminação de armas de fogo, eventual presença de organizadores do crime, estigmatização por parte da mídia e da sociedade em geral.” (FBSP 2009)

As favelas cariocas têm aspectos que coincidem em linhas gerais com as características descritas acima, com o agravante bastante específico – e único em relação às demais cidades brasileiras – de serem territórios sob domínio armado de grupos criminosos, com controle das entradas e saídas, circulação de pessoas, regulação de vários âmbitos da vida coletiva e privada, e oposição armada sistemática às forças da polícia e da justiça, com trocas de tiros frequentes com a polícia e com outras facções criminais.

No período em que os dados do presente *survey* foram coletados - julho a novembro de 2009 – apenas três Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) haviam sido inauguradas na cidade: favela Santa Marta, em Botafogo, iniciada em dezembro de 2008, Cidade de Deus e Batan (ambas em fevereiro de 2009), além da recém-inaugurada UPP dos morros do Chapéu Mangueira e Babilônia, no Leme (junho de 2009). Atualmente (outubro de 2011), esse modelo de intervenção de segurança pública já se estende a 17 conjuntos de favelas cariocas, que abrangem aproximadamente 40 comunidades, com cerca de 300.000 pessoas, e mobilizam 3.000 policiais. Além disso, há grandes áreas sob ocupação das Forças Armadas, compreendendo as 17 favelas dos Complexos do Alemão e da Penha, e ainda a favela da Mangueira, ocupada pelo BOPE. Todas essas iniciativas vêm produzindo uma transição na cultura de domínio territorial que tende a afetar diretamente as comunidades com UPPs e indiretamente as demais favelas.

É possível afirmar que, em 2009, época do *survey* aqui analisado, ainda estava no auge a modalidade criminosa de controle armado de território por narcotraficantes ou milicianos, em favelas e outros bairros pobres da cidade, afetando, ainda que de forma desigual, moradores de diversas áreas da cidade, especialmente os jovens. Também se pode dizer que, para efeitos de redução da violência letal e não-letal entre jovens, a iniciativa das UPPs já se afigura como a mais marcante mudança no cenário da cidade – com impacto muito superior ao de décadas de projetos sociais e de experiências de urbanização de favelas. Uma proposta interessante será reproduzir a pesquisa aqui apresentada nos próximos anos, tendo como linha de base as vivências dos jovens em 2009, para verificar se, e em que medida, se alteraram as percepções sobre violência e polícia dos jovens cariocas moradores de favelas e do “asfalto”. E principalmente para verificar se a esperada redução da presença de criminosos armados –

nos casos de favelas com UPPs – efetivamente reduziu a exposição constante dos jovens moradores desses territórios a experiências diretas e indiretas de violência.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, M. e CASTRO, M. G. (coords.). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, abril de 2006.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de e TRACY, Kátia Maria de Almeida. *Noites nômade: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BORGES, Dorian. *O medo do crime na cidade do Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva da crenças de perigo*. Curitiba e Rio de Janeiro: Appris e Uerj.
- CARA, Daniel e GAUTO, Maitê. Juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro e ESTEVES, Luiz Carlos Gil (orgs.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, Ministério da Educação e Unesco, abril de 2007, p. 171-196.
- DIRK, Renato; PINTO, Andréia Soares e AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de. *Avaliando o sentimento de insegurança nos bairros do Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2004.
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Projeto Juventude e prevenção da violência – Narrativas da violência: risco e histórico*. São Paulo, novembro de 2009 [disponível em <http://www2.forumseguranca.org.br/ivj/documentos>]
- ISP – Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. *Pesquisa de condições de vida e vitimização – 2007*. Rio de Janeiro, 2008. [disponível em <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=79>]
- LAV – Laboratório de Análise da Violência. *Índice de Homicídios na Adolescência (IHA). Análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes*. Brasília: LAV/UERJ, Observatório de Favelas, Unicef e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, julho de 2009.
- LEITE, Ana Maria Alexandre e NUNES, Maria Fernanda. Juventudes e inclusão digital: reflexões sobre acesso e uso do computador e da internet pelos jovens. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro e ESTEVES, Luiz Carlos Gil (orgs.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, Ministério da Educação e Unesco, abril de 2007, p. 197-226.
- MUSUMECI, Leonarda e CONCEIÇÃO, Greice Maria S. da. *Geografia dos roubos de veículos na cidade do Rio de Janeiro: Análise das ocorrências registradas pela Polícia Civil e das denúncias feitas ao Disque-Denúncia no período 2002-2005*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2007.
- MUSUMECI, Leonarda; SILVA, Gabriel Fonseca da e CONCEIÇÃO, Greice Maria S. da. *Geografia da violência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2000 a 2005*.

Boletim Segurança e Cidadania, ano 5, n. 11, outubro de 2006. [disponível em http://www.ucamcesecec.com.br/pb_bol.php]

RAMOS, Silvia. Meninos do Rio: Jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas. *Boletim Segurança e Cidadania*, ano 8, n. 13, dezembro de 2009. [disponível em http://www.ucamcesecec.com.br/pb_bol.php].

RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda (coords.). *Juventude, violência e polícia. Pesquisa quantitativa com 241 jovens cariocas, moradores do Complexo do Alemão e de comunidades populares de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: CESeC/Ucam e Unicef, março de 2009.

SENTO-SÉ, João Trajano (coord.). *Perfil dos jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CESeC/UCAM e LAV/UERJ, 2003. [disponível em http://www.ucamcesecec.com.br/arquivos/publicacoes/Relatorio_DEGASE.zip]

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2010 - Anatomia dos Homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. [disponível em <http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia>]